

## SEGURANÇA

# Antecipação da maioria está longe do consenso

CCJ discutirá proposta na quarta-feira. Na CDH, especialistas criticaram mudança. Já o Plenário aprovou proibição ao corte de verbas para a segurança. E comissão especial começa a discutir autonomia dos estados para legislação penal.

PÁGINAS 3 A 8

ANTONINHO PERRI/ASCOM UNICAMP



Excesso de burocracia e falta de recursos limitam o avanço de pesquisas. Acima, experimento de biotecnologia em laboratório da Unicamp

## Contrato do metrô leva senadores a São Paulo

Autorização para primeira parceria público-privada (PPP) federal aguarda decisão da CAE, que, antes, envia grupo de senadores a São Paulo para esclarecer denúncias de falhas na fiscalização da PPP estadual encarregada das obras do metrô. Acidente colocou em dúvida o controle do contrato.

PÁGINA 15

## País precisa eliminar entraves à biotecnologia

A recém-lançada Política de Desenvolvimento da Biotecnologia é vista pelo líder do governo, senador Romero Jucá, como importante para aproximar empresas e universidades.

Também tem recebido apoio o projeto que incentiva investimentos privados em pesquisas científicas, que deve ser votado em breve na Comissão de Educação. Apesar da expansão

das bioindústrias, são muitas as barreiras à disseminação dos novos conhecimentos no país, como as enfrentadas por pequenos e médios produtores de biocombustível.

PÁGINAS 18 E 19

## Congresso reage à derrubada da cláusula de barreira no STF

PÁGINAS 10 E 11

## PAC: ministros debatem no Senado e Câmara analisa medidas provisórias

PÁGINA 12

## cidadania

### Saiba mais sobre reações alérgicas

Na segunda parte da série, dicas sobre alergias alimentar, respiratória e da pele.

PÁGINA 24

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 21

Impresso Especial  
5362005/DR/BSB  
SENADO FEDERAL



...CORREIOS...

...CORREIOS...



## SEGURANÇA PÚBLICA Combate à criminalidade domina debates; mudança na maioria penal divide senadores



FOTOS: ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM



Manifestação contra a violência nas ruas do centro do Rio de Janeiro teve a participação dos pais do menino João Hélio, cujo assassinato comoveu todo o país

## CCJ examina redução da maioria

A votação das seis propostas de emenda à Constituição (PEC) que prevêem a redução da maioria penal está marcada para a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quarta-feira. O presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), concedeu vista coletiva à matéria antes do carnaval. O relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), propõe reduzir a maioria dos atuais 18 anos de idade para 16.

Demostenes defende a fixação da maioria penal em 16 anos, com pena de prisão ao jovem acima dessa faixa que cometer crimes hediondos, como atentado violento ao pudor, estupro, tráfico de drogas, tortura e homicídio por meio cruel, entre outros.

Nos delitos que envolverem a prática de violência em pequena escala, como furtos e brigas, o parecer de Demostenes sugere que a aplicação de medida socioeducativa seja determinada pelo juiz, que poderia conceder o benefício da liberdade assistida

com a participação dos pais do adolescente.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), por sua vez, propõe a extensão do prazo atual de três anos a que estão sujeitos os jovens infratores, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Já o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse que pretende apresentar uma PEC determinando que a legislação poderá, excepcionalmente, desconsiderar o limite de imputabilidade além das normas específicas de exceção.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu que seja desarquivada proposta de sua autoria, a qual tipifica como crime hediondo o aliciamento de crianças, por adultos, na prática de atividades criminosas (PLS 345/99). A proposição foi arquivada em 2002.

Por sua vez, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu que seja instalada uma subcomissão de segurança na CCJ, destinada a avaliar propostas que possam aprimorar a legislação em vigor no país.

## Seis propostas reunidas em um só parecer

Para elaborar seu parecer, o senador Demostenes Torres teve que avaliar seis propostas de emenda à Constituição (PECs) que estabeleciam diferentes limites de idade para a imputabilidade, reduzindo-a para 16 e até 13 anos.

As propostas analisadas foram as PECs 18/99, do senador Romero Jucá (PMDB-RR); 20/99 e 3/01, do então senador José Roberto Arruda, atual governador do Distrito Federal; 26/02, do então senador Iris Rezende; 90/03, do senador Magno Malta (PL-ES), e 9/04, do senador Páléo Paes (PSDB-AP). Todas as proposições foram subscritas por outros senadores.

Em sua análise, Demostenes Torres defende a aprovação da PEC 20/99, com uma emenda, e a rejeição das demais proposições. A emenda apresentada à matéria determina que aos menores de 18 e maiores de 16 anos

será imposta uma das medidas socioeducativas previstas em lei, desde que não estejam incurso em nenhum dos crimes referidos no inciso XLIII do artigo 5º da Constituição.

De acordo com esse dispositivo, a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

A PEC 18/99 estabelece que nos casos de crime contra a vida ou o patrimônio, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, são imputáveis os infratores com 16 anos ou mais de idade.

A PEC 20/99 torna imputáveis, para quaisquer infrações penais, os infratores com 16 anos ou mais de idade, com a condição de

que, se menores de 18 anos, seja constatado seu amadurecimento intelectual e emocional.

A PEC 3/01 propõe o mesmo, desde que o autor seja reincidente. A PEC 26/02 reduz a maioria para a prática de crimes hediondos ou contra a vida, se ficar constatado, por laudo técnico elaborado por uma junta nomeada pelo juiz competente, a capacidade do agente de entender o caráter ilícito de seu ato.

A PEC 90/03 torna imputáveis os maiores de 13 anos, em caso de prática de crime hediondo. E a PEC 9/04 prevê a imputabilidade para qualquer menor de 18 anos, desde que tenha praticado crime hediondo ou de lesão corporal grave e seja constatado que possui idade psicológica igual ou superior a 18 anos, com capacidade para entender o ato ilícito cometido e determinar-se de acordo com esse entendimento.

## Comissão vai discutir autonomia dos estados quanto à legislação penal

A pedido do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o presidente do Senado, Renan Calheiros, instala nesta segunda-feira comissão especial destinada a estudar a possibilidade de dar aos estados autonomia para fazer mudanças na legislação penal.

– A proposta de autonomia é interessante, tem ressonância no Parlamento – afirmou Renan.

Sérgio Cabral argumenta que cada unidade da Federação tem uma identidade cultural e uma realidade criminal, não cabendo o mesmo tipo de punição, por exemplo, para quem comete um delito de trânsito no Rio de Janeiro ou no Acre. Ele também alega que, em razão do crescimento da violência em seu estado, mudar uma legislação de abrangência nacional, como o Código Penal, é um processo demorado.

– A questão do crime organizado não fala ao coração de um

estado nordestino ou do Norte da mesma maneira que ao Rio de Janeiro ou São Paulo – argumentou.

Contrário à redução da maioria penal postulada pelo colega fluminense, o governador de São Paulo, José Serra, disse ser favorável a outras mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

– O que sou a favor é da eliminação do teto de três anos para a detenção de adolescentes que cometeram crimes graves. Inclusive, sou favorável a que o infrator perigoso permaneça detido passando da idade de 18 anos. Que ele possa ficar até dez anos nisso, em dependência especial que não é nem na Febem, misturado com a garotada que cometeu

pequenos delitos, e nem com presos adultos – disse Serra.

Já governador do Paraná, Roberto Requião, elogiou o presidente Lula por ter se manifestado contra a redução da maioria penal, ainda que essa possa ser considerada uma postura “antipopular”.

– Legislação de pânico, não. É preciso emprego, desenvolvimento econômico e investimento em educação – defendeu Requião.

Renan comentou declaração de Sérgio Cabral, que teria considerado a legalização monitorada do consumo de drogas uma solução para diminuir a violência.

– Esse é um assunto inevitável, mas é preciso perseverar na lei que votamos no ano passado e que dá ao usuário tratamento diferente do dado ao traficante

**Cabral não tem dúvidas de que o Rio “precisa de leis mais severas”**



GERALDO MAGELA

Renan (E) recebeu o governador fluminense e anunciou a criação de comissão para estudar proposta de Sérgio Cabral

– ressaltou.

Da mesma forma, o presidente do Senado disse que a redução da maioria penal é um assunto que terá de ser enfrentado, mas reiterou que a medida não é suficiente para conter a violência, sendo necessária a reformulação da legislação penal e o endurecimento das penas para quem cometer crimes hediondos.

– Vamos ter mudanças no ECA para resolver o problema da violência, mas o tema é polêmico.

Sobre a falta de andamento, na Câmara, de projetos aprovados pelo Senado, referentes à legislação penal, Renan disse que tem conversado a esse respeito com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

– Engavetar projetos é muito ruim para o bicameralismo.

As propostas foram aprovadas pelo Senado no ano passado, logo após atentados promovidos na cidade de São Paulo pelo Primeiro Comando da Capital (PCC).

SEGURANÇA PÚBLICA Antecipação da maioria penal e maior volume de verbas na pauta das discussões

# Luta contra o crime domina debate

Em resposta ao clamor da população após o brutal assassinato do menino João Hélio, no Rio, as duas Casas do Congresso incluíram em sua agenda a discussão de medidas que sejam realmente eficazes no combate à criminalidade. As

propostas e sugestões dos senadores para impor uma ofensiva à violência vão desde a antecipação da maioria penal e punição mais dura para quem utilize menor na prática de delitos, a maior volume de recursos para a área de segurança e redução das

desigualdades sociais. Foi também sugerida uma comissão mista para estudar mudanças na legislação penal. A pauta contra a criminalidade deve dominar os debates no primeiro semestre, ao lado do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

## GARIBALDI ALVES

Os estados não têm como arcar sozinhos com as medidas de segurança pública, em razão da falta de recursos e do aumento da criminalidade, disse Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Para o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem de assumir a responsabilidade maior pelo combate à violência e não deve ficar tentado a vetar o projeto que proíbe o contingenciamento das verbas de segurança, aprovado pelo Senado.

## PATRÍCIA SABOYA

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente é contra a redução da maioria penal. Para a coordenadora da frente parlamentar no Senado, Patrícia Saboya (PSB-CE), o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê medidas eficientes e preventivas de combate à violência juvenil, mas é preciso que ele seja lido e colocado em prática pelas autoridades.

## EPITÁCIO CAFETEIRA

Projeto apresentado por Epitácio Cafeteira (PTB-MA) prevê o dobro da pena para pessoa maior de idade que se utilizar de menor na prática de crime. O projeto tem teor semelhante ao aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). “O meu partido tomou essa posição na esperança de que esta Casa tome decisões maduras, raciocine e não invista contra o menor para diminuir a maioria penal”, ponderou.

## GERSON CAMATA

“Não podemos assistir impassíveis, temos que dar uma resposta ao pavor, ao temor e ao terror que se apoderou da população do país”, desabafou Gerson Camata (PMDB-ES). Ele apresentou requerimento solicitando a criação da Comissão Mista João Hélio Fernandes, que teria 30 dias para apresentar medidas que reforcem a segurança e endureçam a punição para os que cometem crimes bárbaros.

## CRISTOVAM BUARQUE

Na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF), a desigualdade social no Brasil é um crime tão hediondo quanto o que tirou a vida de João Hélio. – Deixar uma criança para trás é um crime. Não vou dizer que é pior arrastar uma criança. Mas deixar uma criança para trás é em si um crime também carregado de hediondez – afirmou, ao referir-se às crianças que não estão na escola. Cristovam pediu uma “revolução educacional” para combater a criminalidade. Ele considera um crime hediondo o fato de 5% das crianças no país, ou 1,5 milhão delas, estarem fora da escola. O senador acrescentou que, das crianças que estudam, somente 18% concluem o ensino médio com aproveitamento “mediano”.

## RENAN CALHEIROS

“Este é um caos que tem que ser enfrentado como tal”, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros, ao comentar o assassinato do menino João Hélio. Para ele, a redução da maioria penal não diminuirá a criminalidade. O que combaterá a violência no Brasil, segundo Renan, será a adoção de medidas como maior volume de recursos para segurança pública, policiamento nas ruas, presídios modernos, monitoramento de áreas perigosas, polícia bem paga, policial com moradia de boa qualidade, perspectiva de emprego para os jovens e reeducação do menor infrator.

## ALOIZIO MERCADANTE

Em meio à polêmica sobre a antecipação da maioria penal, Aloizio Mercadante (PT-SP) torce para que seja transformado em lei seu projeto, já aprovado pelo Senado, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para aumentar a pena dos adultos integrantes de quadrilhas que aliciem menores para atos criminosos. Para ele, esta medida seria mais eficaz. – Alguém acredita que vamos recuperar o menor em um presídio superlotado e controlado por facções criminosas? – indagou o parlamentar.

## ROMEU TUMA

Ao registrar a missa celebrada na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro, dia 14, em memória de João Hélio, Romeu Tuma lembrou que a multidão presente pediu, em coro, por socorro. Um apelo, segundo o senador, “que toda a sociedade deve ouvir”. Mesmo sendo a favor da redução da maioria penal, ele disse que é contrário ao encarceramento de menores em presídios comuns.

## VALADARES

Para Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), não bastam somente as propostas de alteração no Código Penal, cuja eficácia, advertiu, deve ainda ser comprovada. O senador sugeriu seis medidas objetivando reduzir o aumento da criminalidade. As medidas focam principalmente a área penitenciária e a melhoria de condições de trabalho para as polícias e para a Justiça.

## ARTHUR VIRGÍLIO

Na opinião de Arthur Virgílio (PSDB-AM), “não basta baixar a idade” para resolver o problema do cometimento de crimes por menores, mas também é preciso determinar “quais são os casos em que um menor deve ser tratado como um maior”. – Esse adolescente não iria para um Bangu 1, fazer doutoramento com um Marcola, mas para um estabelecimento próprio para menores, só que, ao invés de ficar um, dois anos, ficaria dez, 20 anos, o necessário, de acordo com o tamanho do crime que cometeu.

## DEMOSTENES TORRES

“Estamos vendo autoridades do país, inclusive deputados e senadores, caindo na mais pura demagogia, no discurso fácil, barato e às vezes irresponsável, porque estão querendo lavar as suas mãos”, disse Demostenes Torres (PFL-GO), ao defender a adoção de medidas imediatas que combatam a criminalidade. Ele pediu a aprovação de dois projetos de sua autoria: um que reduz para 16 anos a idade penal e outro que aumenta a internação para até 25 anos de idade.

## PEDRO SIMON

Emocionado, Pedro Simon (PMDB-RS) leu em Plenário o que chamou de “carta aberta” à mãe do menino João Hélio Fernandes. Na carta, o senador lamenta a dilaceração da família, o uso de drogas e os valores distorcidos que são transmitidos pela televisão. – É nestes momentos que nos sentimos ínfimos diante dos desígnios do Criador. Pior: é também nestes mesmos momentos que sabemos o quanto a humanidade se distanciou da Sua obra – disse o senador na mensagem dirigida à senhora Rosa Cristina Fernandes.

## ANTONIO CARLOS

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou uma proposta de emenda à Constituição, de sua iniciativa, para criar um fundo de combate à violência e apoio a vítimas da criminalidade. – O país não pode ficar de braços cruzados enquanto vê a tragédia que acontece no Rio de Janeiro. O fundo vigoraria até o ano 2020 e os recursos teriam origem em parcela de tributos e contribuições já existentes, entre outras fontes.

## IDELI SALVATTI

Ao ser questionada sobre as pressões para que o Congresso Nacional vote propostas relacionadas à segurança pública, como a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) argumentou que essas deliberações exigem debates e consultas, e não podem ser passionais. – Votar com pressa matérias sobre segurança pública beira a irresponsabilidade – declarou a líder do bloco governista no Senado.

## MAGNO MALTA

Para Magno Malta (PR-ES), o mais razoável seria aprovar uma lei estabelecendo que o jovem que praticar crime de natureza hedionda ou moral perderá o direito à minoridade. “Mas não devemos pegar o jovem e mandar para Bangu 1, 2, ou para uma delegacia que devia ter no máximo 20 presos e tem 200. Temos que colocá-lo em um instituto onde poderá estudar e se profissionalizar.”

## PAULO PAIM

Na avaliação de Paulo Paim (PT-RS), a desigualdade social constitui o principal fato gerador da violência urbana que ocorre no país. – As relações econômicas e sociais em nosso país são profundamente desiguais. Essas grandes diferenças geram privilégios para poucos e, conseqüentemente, a ausência de direitos para muitos. Precisamos de políticas públicas que efetivamente interfiram neste processo, promovendo maior igualdade social.

## ALMEIDA LIMA

Ao se manifestar pela redução da idade penal, Almeida Lima (PMDB-SE) considerou o Executivo e o Judiciário como os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade. A seu ver, o Legislativo tem a menor parcela de culpa, entre os três Poderes, pela falta de segurança, em razão de não possuir meios de executar as leis. O senador alertou para a possibilidade de o combate à pobreza não se traduzir em diminuição dos índices da violência.

SEGURANÇA PÚBLICA **Matéria aprovada no Senado impede governo de contingenciar despesa prevista no Orçamento**

## Câmara também quer punir quem usa menores

A Câmara dos Deputados aprovou na semana anterior ao carnaval três propostas de mudanças na legislação penal, que seguem ao Senado. Uma delas é similar à que foi acolhida pela CCJ do Senado (leia mais nesta página). Do deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS), o PL 166/07 dobra a pena para adultos que praticarem crimes com a participação de menores.

Outro projeto dificulta a progressão da pena para os condenados por crimes hediondos. O texto do PL 6.793/06 estabelece que o preso terá de cumprir dois quintos da pena no regime fechado antes de pedir a progressão para o regime semi-aberto, e não um sexto, como ocorre atualmente. Se for reincidente, o preso deverá cumprir três quintos da pena. O projeto também concede liberdade provisória – enquanto não ocorre o julgamento – aos

acusados de terem cometido crimes hediondos, o que a lei atual não permite. Mas o juiz continua com poder geral de cautela para decidir se os acusados por esse tipo de crime poderão ou não responder ao processo em liberdade.

Já o PL 7.225/06 faz parte do pacote de segurança pública encaminhado pelo Senado em 2006. Do senador César Borges (PFL-BA), altera a Lei de Execução Penal e considera falta grave o fato de o preso possuir, usar ou fornecer aparelho telefônico, de radiocomunicação e todo e qualquer meio de comunicação eletrônico ou similar, o que dificultará a obtenção de vantagens como o direito ao indulto de Natal. O substitutivo também responsabiliza, por crime de omissão, diretores de penitenciárias e outros agentes públicos. A pena é detenção de três meses a um ano.

## Agripino cobra votação de pacote por deputados

O líder do PFL, José Agripino (RN), cobrou pressa da Câmara na votação de um pacote de projetos sobre segurança pública acolhidos pelo Senado em maio de 2006. Eles alteram a legislação penal e foram aprovados em regime de urgência pelo Senado logo após a eclosão de atentados patrocinados pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), no ano passado, em São Paulo.

Agripino culpou o governo de “entupir” a Câmara com medidas provisórias e atrapalhar a tramitação dos projetos.

– Por causa do grande número de MPs, os deputados acabaram não votando nada. Muitos crimes poderiam ter sido evitados se esses projetos já fossem leis.

Entre os projetos enumerados pelo senador estão o que diz respeito à redução da maioridade penal; ao fim da liberdade condicional ao reincidente em crime doloso; implementação da videoconferência para interrogatórios; à conclusão do programa de construção de presídios de segurança máxima; e à extensão do benefício da delação premiada para condenados.

– Não vi nenhuma atitude do governo sobre os crimes em São Paulo, mas o Senado organizou comissões e 11 projetos de segurança foram apreciados. Nove foram aprovados na CCJ, em regime de urgência, e no Plenário. Daí enviados à Câmara, que, com a pauta cheia, não apreciou até hoje nenhum – enfatizou.

### Pacote antiviolação enviado à Câmara

PL 7.219 (PLS 220/03) - Cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Civis. Autor: Renan Calheiros (PMDB-AL).

PL 7.220/06 (PLS 474/03) - Aumenta os prazos de prescrição de diversos crimes. Autor: Demostenes Torres (PFL-GO).

PL 7.221/06 (PLS 186/04) - Proíbe a redução, por meio de benefícios legais, de pena de prisão, hoje de no máximo 30 anos. Autor: Demostenes Torres.

PL 7.222/06 (PLS 140/05) - Permite que o Estado use bens de presidiários para reparar danos decorrentes de rebeliões. Autor: Demostenes Torres.

PL 7.223/06 (PLS 179/05) - Institui o regime disciplinar diferenciado de segurança máxima (RDMax), ampliando para até 720 dias o prazo de isolamento. Autor: Demostenes Torres.

PL 7.224/06 (PLS 135/06) - Veda o livramento condicional para

reincidente em crime doloso. Autor: Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS).

PL 7.225/06 (PLS 136/06) - Torna a utilização de telefone celular por presidiários em falta disciplinar punível com o regime de isolamento. Autor: César Borges (PFL-BA).

PL 7.226/06 (PLS 138/06) - Permite ao juiz decretar a indisponibilidade dos bens de pessoas indiciadas em processos judiciais quando houver indícios de crime doloso. Autor: Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

PL 7.227/06 (PLS 139/06) - Permite que interrogatórios e audiências judiciais sejam realizados por meio de videoconferência. Autor: Tasso Jereissati (PSDB-CE).

PL 7.228/06 (PLS 140/06) - Cria a “delação premiada” para presos já condenados, em troca da redução de pena em qualquer investigação policial ou processo criminal. Autor: Alvaro Dias (PSDB-PR).

# Projeto veda corte de gasto com segurança

Por unanimidade dos 65 presentes, o Senado acolheu o projeto de lei (PLS 134/06) que obriga o governo a executar despesas referentes à segurança pública previstas no Orçamento aprovado pelo Congresso. A proposição, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), recebeu texto substitutivo do relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO), e segue agora para a Câmara.

Caso o governo insista em contingenciar os recursos, os ministros da Fazenda e da Justiça serão responsabilizados, conforme determina o texto aprovado. O projeto também prevê que o Senado acompanhará a execução orçamentária dos programas de segurança, a fim de evitar que ações indevidas do Executivo impeçam os investimentos.

Durante a discussão da matéria, 13 senadores se pronunciaram por sua aprovação. Alvaro Dias lamentou que, enquanto recursos



Alvaro Dias lamenta o contingenciamento de despesas para obter superávit primário

são contingenciados, aumenta o número de vítimas em nome do cumprimento do superávit primário, do pagamento dos juros da dívida pública e de outras ações governamentais.

Demostenes explicou que, com a aprovação do projeto, a União só poderá deixar de gas-

tar o recurso previsto se houver calamidade pública ou diminuição da receita, desde que o Congresso concorde com a justificativa.

Já a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) opinou que a aprovação do projeto contribuirá para a solução do avanço da criminalidade que atinge o país.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o Executivo é favorável ao contingenciamento,

mas, pela conjuntura atual, concordou em aprovar a matéria.

O senador César Borges (PFL-BA) considerou a iniciativa de Alvaro Dias um passo importante, mas defendeu a aprovação do projeto de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que estipula o orçamento impositivo.

## Aprovada proposta de punição para quem induzir menor ao crime

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou na quinta-feira, por unanimidade e em decisão terminativa, projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que insere novo artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A finalidade é tipificar o crime de induzir, instigar ou auxiliar criança e adolescente a praticar delitos graves contra a vida e o patrimônio. A proposta já havia sido examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na qual também foi aprovada por unanimidade, conforme lembrou a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

De acordo com a proposta (PLS 118/03), quem induzir, instigar ou auxiliar criança ou adolescente a praticar ou participar de crime de

homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, roubo, extorsão mediante seqüestro, estupro, entre outros, pode sofrer reclusão de quatro a 15 anos e multa. Essa pena poderá ser aumentada em um terço caso a criança ou adolescente sofra lesão corporal grave, ou duplicada, se o menor morrer.

O autor lembrou que a aprovação acontece no momento em que a sociedade pede uma resposta à violência, depois da morte do menino João Hélio Vieites, arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro após roubo do carro de sua mãe. Mercadante chamou a atenção para o fato de que quadrilhas aliciavam menores para a prática de vários tipos de crimes, especialmente os relacionados ao narcotráfico, devido ao dispositivo legal que

considera inimputáveis os menores de 18 anos.

– A proposta vai contribuir para impedir que menores sejam utilizados como “laranjas” em atos criminosos com a finalidade de proteger os adultos – observou.

O projeto foi apresentado há mais de três anos, quando o país não vivia um contexto de comoção pública, ressaltou o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC). Para ele, é um equívoco discutir a redução da maioridade penal neste momento, em que a sociedade está sensibilizada pelo brutal assassinato de João Hélio. Para ele, o ato criminoso deve ser analisado independentemente da idade da pessoa que o cometeu, mas deve haver diferenciação dos presídios de acordo com a idade dos delinquentes.

## Comunicação obrigatória de maus-tratos

Um dos projetos de lei aprovados na quinta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e institui a comunicação obrigatória de casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes ao conselho tutelar local. A proposta (PLS 163/03) foi aprovada por unanimidade, em decisão terminativa.

Na opinião da autora, a aprovação do projeto vai ajudar o governo na elaboração de políticas públicas em benefício de crianças e adolescentes brasileiros, bem como contribuir para que as autoridades tomem

conhecimento sobre maus-tratos contra essa parcela da população e, assim, possam adotar providências para evitar essa prática.

De acordo com a proposta, cujo parecer foi lido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), professores, profissionais de saúde e autoridades policiais, bem como as pessoas encarregadas do cuidado, assistência ou guarda dos menores, são obrigados a informar ao conselho tutelar sobre maus-tratos contra menores.

A proposta ainda define que os maus-tratos – sofridos nos ambientes doméstico, público ou institucional – incluem agressões físicas, psicológicas ou sexuais, entre outros.



Lúcia Vânia é autora da proposta que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente

SEGURANÇA PÚBLICA Estudo da ONU mostra que legislações variam muito, respondendo a influências complexas

# Maioridade penal causa polêmica no mundo inteiro

Caso o Brasil já adotasse a maioria aos 16 anos, o adolescente envolvido no assassinato do pequeno João Hélio Fernandes Vieites, no Rio de Janeiro, enfrentaria as sanções previstas no Código Penal, e não as do Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo o artigo 112 do estatuto, quando um adolescente pratica uma infração mediante grave ameaça ou violência, e sendo ele reincidente, "pode [na condicional mesmo] estar indicada a internação em estabelecimento educacional". Mas o artigo 121 deixa claro que "em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos". Já o Código Penal prevê para o crime de homicídio qualificado (que é o caso) uma sentença de 12 a 30 anos de prisão.

No cerne da discussão sobre como reduzir a violência nas cidades brasileiras, a questão da maioridade penal está longe de ser um consenso mundial. O limite varia muito, ao sabor de diferentes visões de mundo e teorias jurídicas. Os dois lados da polêmica no Brasil usam os mesmos dados, mas com visões diametralmente opostas, para contar a seu favor os critérios adotados nos outros países.

Se a tragédia carioca ocorresse em 12 dos países europeus, como França, Itália ou Alemanha, provavelmente o menor também não seria julgado como adulto. Muitos outros reservariam a ele um julgamento rigoroso, como na Inglaterra. Lá, cada caso é considerado a partir de suas próprias características, independentemente da idade. Qualquer

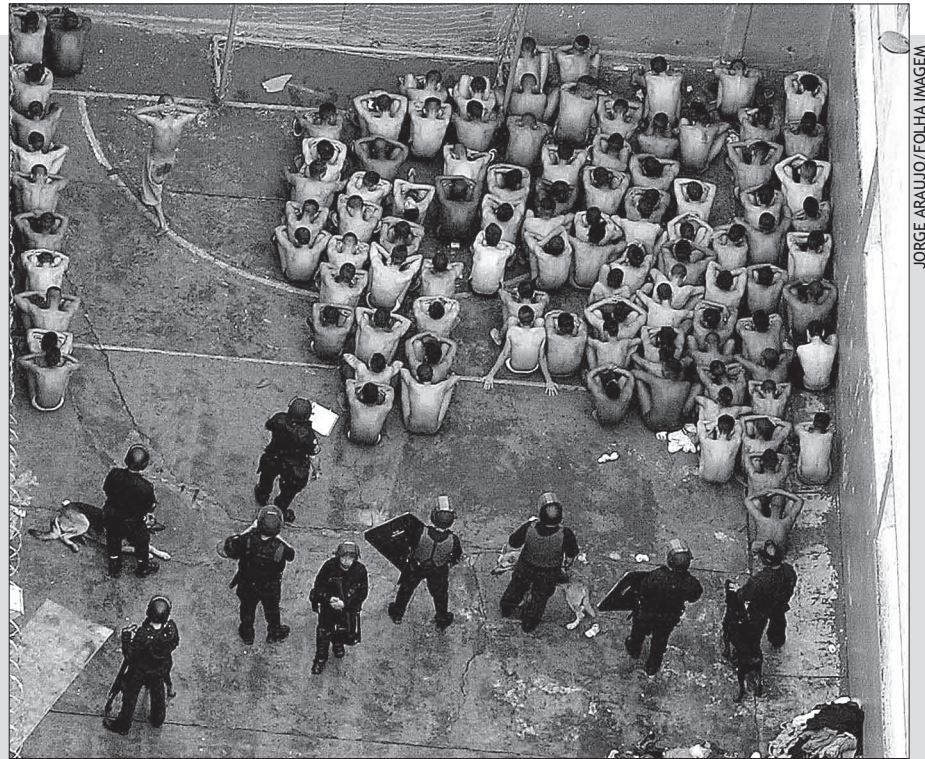
crime tem implicações rigorosas. A idade de responsabilidade criminal começa aos dez anos e são impostas multas por comportamento anti-social a menores dessa idade.

A questão, na verdade, diz respeito ao que a legislação define como adulto e qual a idade mínima para responder a um processo criminal e arcar plenamente com as conseqüências. Além disso, a maioridade penal é apenas uma das variáveis que determinam como um menor infrator é tratado. Outras são um sistema legal diferenciado (como o estatuto, no Brasil), a previsão ou não de penas restritivas da liberdade, a existência de medidas socioeducativas e de tribunais e estabelecimentos especiais para os menores infratores.

**São muitas as variáveis que determinam tratamento ao menor infrator**

A pesquisa Tendências do Crime, que a ONU realiza a cada quatro anos, confirma que poucos são os países em que um adulto é uma pessoa com menos de 18 anos. Das 57 legislações nacionais avaliadas, 17% adotam idade menor que 18 anos, entre eles pequenas nações como Bermudas, Chipre, Granadas e Haiti, mas também países mais populosos, como EUA, Índia ou Inglaterra. No caso dos EUA (ver página 7), a maioridade penal varia conforme as leis estaduais.

Na média dos 57 países, os jovens estão envolvidos em 11,6% dos crimes, pouco acima da média brasileira (10%). No Japão, os menores infratores respondem por 42,6% das prisões, ainda que a maior parte por crimes menores. Em qualquer caso, especialmente no brasileiro, os menores são em geral muito mais vítimas do que perpetradores dos crimes violentos.



Policiais militares de São Paulo contêm internos da Febem de Tatuapé, na capital, durante a 30ª rebelião reprimida pela força pública apenas em 2005

## O desafio de combater a violência

Entre 1993 e 2003, 325 mil pessoas morreram vítimas de armas de fogo no Brasil. Com os 48 mil homicídios registrados em 2004, o país ocupa a quarta posição mundial nessa estatística. São 27 homicídios em cada 100 mil habitantes, só ficando atrás da Colômbia, da Venezuela e da Rússia. O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodc), em seu último estudo sobre o Brasil, revela que o número de homicídios no país é quatro vezes maior do que nos Estados Unidos e dez vezes maior do que na França ou Inglaterra.

Na guerra contra o crime, muitas vítimas são das forças policiais. No primeiro semestre de 2004, mais de 280 policiais militares e civis foram assassinados no Brasil, contra 65 na vizinha Colômbia, campeã mundial de homicídios. Em contrapartida, em junho passado, o Departamento Penitenciário Nacional contabilizava 371 mil pessoas presas.

Um detento no Brasil representa ao sistema de justiça penal 16 vezes o custo de manter um aluno na escola. Ainda assim, no sistema penitenciário, reabilitação e reinserção são exceções à regra. O país apresenta uma taxa elevada de reincidências (superior a 50%).

Mais grave ainda: o crime e a violência, tristemente tão comuns às grandes cidades brasileiras, estão estendendo seus domínios ao interior do país, onde atualmente se registra um crescimento maior no número de homicídios do que nas regiões metropolitanas. Os dados fazem parte do Mapa da Violência 2006: Os jovens do Brasil, uma análise divulgada, em meados de novembro, pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

O estudo analisou dados de 1994 a 2004, revelando que no interior os homicídios aumentaram 64,5%, para 39,4% nas capitais e regiões metropolitanas.

### MAPA MÚNDI DA MAIORIDADE PENAL



### Brasil em números

Existem no Brasil **39.578** menores cumprindo algum tipo de medida socioeducativa, o que representa **0,2%** da população entre **12 e 18** anos.

**13.489** desses menores estão internados em instituições como a Febem.

**50%** dos menores infratores do país estão no estado de São Paulo. Destes, **41,2%** cumprem pena por roubo e **14,7%** por homicídio.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do estado de São Paulo.

### Curiosidades

- Na Suécia, em abril de 1997, havia apenas 15 jovens na faixa etária entre 14 e 18 anos cumprindo pena em alguma prisão.
- Na China, adolescentes entre 14 e 18 anos estão sujeitos a um sistema judicial juvenil, e suas penas podem chegar à prisão perpétua no caso de crimes particularmente bárbaros (chamados no Brasil de crimes hediondos).

SEGURANÇA PÚBLICA Entre 1994 e 2004, a participação de jovens em crimes violentos caiu pela metade

# Delinqüência juvenil cai nos EUA há dez anos

Segundo as últimas estatísticas do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, em 2004 as variadas forças policiais do país realizaram 2,2 milhões de prisões de menores, para uma população de 33,5 milhões de pessoas entre 10 e 17 anos. Significa dizer que 6,26% dos jovens americanos tiveram problemas com a polícia. A polícia federal norte-americana (FBI) afirma que os menores representaram 16% de todas as prisões e estiveram envolvidos em 16% de todos os crimes violentos de 2004.

Se o número parece assustador, para as autoridades norte-americanas ele é verdadeiro alento. Depois de um período em que a delinqüência juvenil só fazia crescer (de meados dos anos 80 até 1994, quando atingiu seu pico), os Estados Unidos registraram, em 2004, o décimo ano consecutivo de redução dos crimes violentos praticados por menores – aí incluídos homicídio, estupro, assalto e lesões corporais graves. Entre 1994 e 2004, essa taxa geral caiu pela metade (49%) e a de homicídios ainda mais (77%).

O resultado é ainda mais expressivo se comparado às estatísticas brasileiras. Segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a participação de adolescentes em crimes aumentou 360% nos últimos dez anos.

No caso norte-americano, ainda há, no entanto, problemas sérios. De 1980 a 2004, as prisões de menores por lesão corporal grave (tentativa de homicídio) aumentaram 106% entre os homens e 290% entre as mulheres, que já

foram responsáveis por um terço das prisões por esse crime em 2004. E se as prisões por consumo de drogas caíram 8% entre os rapazes no período 1995-2004, entre as moças cresceram 29%.

Há também a ser considerada a questão racial. Os jovens negros, que formam 16% da população de 10 a 17 anos nos EUA, estiveram envolvidos em 63% das prisões por roubo, 48% por homicídio, 40% por roubo de veículo e 38% por lesão corporal grave.

Porém, também nesse item há algumas boas notícias nas estatísticas do Departamento de Justiça. A disparidade nas taxas de prisões por crimes violentos de afro-americanos e brancos, que era de seis para um em 1980, passou a ser de quatro para um em 2004.

A desproporção se explica, como no Brasil, pelas condições socioeconômicas adversas. Negros e hispânicos têm três vezes mais chances de viver na pobreza do que os brancos, informa o relatório “Menores infratores e vítimas”, do Escritório para Menores e Prevenção à Delinqüência do Departamento de Justiça.

Dos menores processados em cortes juvenis dos EUA, 55% eram homens e mulheres brancos, porém 67% dos réus tratados como adultos em cortes criminais eram negros. Segundo o relatório “Justiça para poucos”, divulgado em janeiro pelo Conselho Nacional de Crime e Delinqüência dos Estados Unidos, 38% dos menores cumprindo pena no país são negros, ainda que eles representem apenas 16% da população nessa faixa etária.



Programas como o Tolerância Zero, implantado em Nova York à época do prefeito Rudolph Giuliani, surtiram efeito

## Guinada nos anos 80 para enfrentar a criminalidade

Nos Estados Unidos, a balança começou a pender na direção da doutrina da “lei e ordem” e a privilegiar iniciativas como o “tolerância zero” – mundialmente famosa graças ao seu sucesso na cidade de Nova York – em meados dos anos 80. A opinião pública norte-americana teve a clara percepção de que o sistema legal em vigor era incapaz de enfrentar a onda de violência juvenil. O clamor popular levou vários estados a adotarem rapidamente leis mais rigorosas contra os infratores.

Hoje em dia, em 34 dos 50 estados americanos, menores já julgados e condenados como adultos por um crime devem continuar respondendo perante cortes criminais em quaisquer delitos subsequentes.

Enquanto no Brasil menores homicidas recebem sentenças de no máximo três anos de internação em estabelecimentos de reeducação, os jovens americanos julgados por crimes violentos em 2003 foram sentenciados, em média, a 11 anos de prisão.

Na maioria dos estados americanos (39), as cortes juvenis

têm jurisdição primária sobre os processos de todos aqueles que tinham menos de 18 anos quando praticaram os crimes, ou quando foram presos ou indiciados. Porém, em quatro dos dez estados mais populosos, esse patamar de maioria penal foi reduzido para 16 (caso do Texas) ou mesmo 15 anos (Nova York).

Em 2004, nas 75 maiores cidades dos EUA, apenas 1% dos réus em cortes criminais era menor de 18 anos enfrentando acusações como adultos (com 39 estados adotando o mínimo de 17 anos e outros 11 estados aceitando réus com idades abaixo de 17). Porém, desses, 59% foram condenados, universo no qual 52% foram sentenciados à prisão.

Mesmo com o deslocamento de milhares de processos para a esfera adulta, em 2002 as cortes juvenis norte-americanas analisaram 1,6 milhão de casos em que os réus menores respondiam a crimes pelos quais um adulto seria julgado em uma corte criminal. Foram mais de 4,4 mil por dia, contra cerca de mil casos diários em 1960.

## Pena de morte para menores só caiu em 2005

Apenas em 2 de março de 2005 os Estados Unidos cederam à pressão internacional e se tornaram o último país do mundo a abolir oficialmente a previsão de pena de morte para os que cometeram homicídios antes de completar 18 anos. A decisão da Suprema Corte foi apertadíssima (5 a 4), mas serviu para livrar 70 presos da sentença capital.

À época da sentença, 15 estados americanos tinham em suas leis a possibilidade de pena de morte para réus com 16 anos e outros quatro tornavam isso possível para criminosos com 17 anos. Em 1988, a Suprema Corte havia tornado ilegal a execução de qualquer pessoa que tivesse sido condenada por um crime praticado com 15 anos ou menos. A pena de morte para adultos, porém, continua a contar com a aprovação da maioria da opinião pública dos EUA. Das 39 execuções de menores registradas pela Anistia Internacional entre 1990 e 2005, 19 ocorreram nos EUA. Os outros países são Irã, China, Congo, Arábia Saudita, Paquistão e Iêmen.

## Taxa de prisões de jovens por homicídio em 2003 foi a mais baixa desde 1980

Prisões por 100 mil menores entre 10 e 17 anos



Fonte: Relatório “Menores infratores e vítimas - 2006”

### Menores infratores presos nos Estados Unidos (\*)

Total de detentos	91.831
Crimes violentos	33.197
Crimes menores	26.843
Relacionamento com drogas	8.002
Outros crimes	23.789

(\*) Dados de outubro de 2003



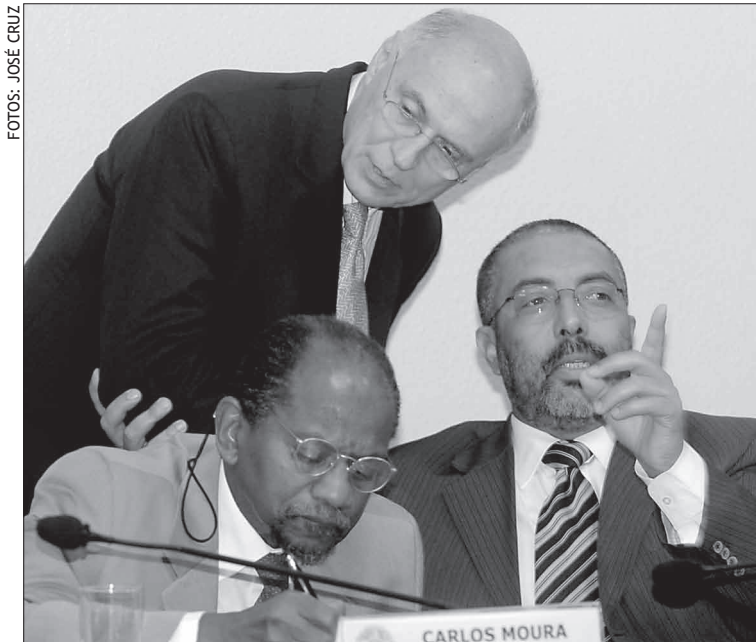
SEGURANÇA PÚBLICA Especialistas defendem medidas socioeducativas para adolescentes que praticam crime

# Em defesa da idade penal de 18 anos

**D**urante audiência pública que debateu a violência urbana, realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Carmem Oliveira, subsecretária de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Presidência da República, disse ser contrária à proposta que abre a possibilidade de os maiores de 16 anos e menores de 18 anos irem para a prisão pela prática de crimes hediondos. Ela defende que os centros de internação para menores infratores devem decidir sobre a punição aos adolescentes.

– As políticas diferenciadas para um perfil mais agravado são um grande desafio e devem ocorrer dentro de um sistema socioeducativo. Não acreditamos que o sistema penal tenha condições de construir uma atenção diferenciada – analisou.

O conselheiro da seccional do DF da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Jomar Alves Moreno, por sua vez, anunciou ser contrário à proposta que abre exceção para punir os jovens a partir dos 16 anos, por “medo que a exceção se torne generalizada”. Ele criticou a redução da maioria penal citando a votação da Lei de Crimes Hediondos que, segundo afirmou, é considerada inócua e teria sido



Representante da CNBB, Carlos Moura participa de audiência na CDH, ao lado de Paulo Paim e Eduardo Suplicy (de pé)

aprovada em um momento de comoção semelhante ao atual.

Já o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, ao lembrar que o Senado analisará na próxima semana o projeto que antecipa a maioria penal, disse que essa não é a melhor resposta aos graves índices de criminalidade observados no Brasil. Ao contrário, em sua opinião isso seria um “retrocesso”.

O secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz

da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Carlos Moura, mais uma vez aproveitou a oportunidade para denunciar o racismo e o preconceito de que, considera, os afrodescendentes são vítimas no Brasil. Ele pediu que o governo e a imprensa divulguem os dispositivos legais que garantem direitos às minorias, como está previsto na Constituição.

Também participaram da audiência representantes de organizações não-governamentais que atuam na área.

## Palestrantes pedem reflexão sobre causas

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, afirmou, em audiência na CDH, que é preciso identificar as causas da criminalidade infantil. Em sua opinião, a diminuição da maioria penal daria à sociedade apenas a sensação de maior segurança.

– A sociedade quer o cumprimento de penas alternativas e investimento no Judiciário para fiscalizar o cumprimento dessas penas – disse Costa Neto.

O repórter da TV Globo, Vinícius Dônola, autor de uma reportagem sobre violência urbana para o programa Fantástico, lembrou que as desigualdades sociais no Brasil geraram indiferença entre excluídos e dominantes. Ele afirmou que, com a reportagem, quis promover uma reflexão sobre a sociedade que o país está construindo.

Durante o debate, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) salientou que a sociedade brasileira é



Ao lado de Vinícius Dônola (C) e Carmem Oliveira, Costa Neto opina sobre mudança na lei

uma “sociedade de castas”, formadas por incluídos e excluídos. Já o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que as instituições que recebem menores infratores se tornem instituições de ensino e não “depósitos de jovens confinados”.

## Especialistas querem investimento em educação

Mais investimento em educação, utilização de penas alternativas, manutenção da maioria penal em 18 anos e apoio a centros que trabalhem de verdade pela ressocialização dos menores infratores foram as principais sugestões defendidas na última quinta-feira, na primeira audiência do ciclo de debates realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Também foi defendida a implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).

Os três primeiros debatedores – Jomar Alves Moreno, Carlos Moura e Carmem Oliveira – mostraram-se contrários à imputação de penas aos maiores de 16 anos, discussão que ganhou força após o bárbaro assassinato do menino João Hélio, no Rio de Janeiro, no início do mês.

## Paim: CDH discutirá violência até julho

Em discurso na última sexta-feira, o senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), divulgou a agenda do Ciclo de Debates Violência e Direitos Humanos, que está sendo realizado por aquela comissão. Até julho, a CDH debaterá a violência em vários setores da sociedade, como a que atenta contra os povos indígenas, a ocorrida em virtude do trabalho escravo e aquela relacionada às drogas.

Paim disse que o objetivo é entregar, em agosto, aos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado e da República um documento final resumindo o resultado de todos os debates realizados na CDH.

## Subcomissão de Segurança poderá ser permanente

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, disse na última sexta-feira, no Plenário, que vai apresentar requerimento para que seja instituída novamente, de forma permanente, a Subcomissão de Segurança Pública, no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com objetivo de debater, propor e aprovar projetos na área do Direito Penal. Em aparte, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disseram apoiar o funcionamento da comissão.

Arthur Virgílio lembrou que a subcomissão funcionou no ano passado para aprovar emergencialmente um pacote de projetos para combater a violência,

mas esclareceu que essa proposta não é, naturalmente, a única que deve ser adotada para coibir a criminalidade no país.

O líder do PSDB afirmou que o presidente Lula foi reducionista ao comentar, em entrevista recente, essa questão, como se os que defendem a redução da maioria penal achassem que essa é a única solução para o problema da criminalidade.

Ele pediu a transcrição, para os anais do Senado, da entrevista concedida ao jornal O Globo pelo casal Rosa Vieites e Elcio Lopes Vieites, pais de

João Hélio, o menino de seis anos assassinado nas ruas do Rio.

Arthur Virgílio cita trechos da matéria, na qual Elcio Vieites co-

### Proposta de Arthur Virgílio tem apoio de Mozarildo e Sérgio Zambiasi

após os ataques ao patrimônio público e privado e ameaças promovidas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, Mato Grosso e Paraná.

A subcomissão – posteriormente extinta – foi presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), tendo na relatoria o senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Com o aumento da criminalidade que vem ocorrendo no país, Arthur Virgílio disse que a subcomissão deve voltar a funcionar em caráter permanente. Ele defendeu a redução da maioria penal dos atuais 18 para 16 anos, além de estabelecimentos especiais para me-

ta que ficou muito triste com a entrevista de Lula, pois o presidente, ao falar sobre a questão da redução da maioria penal, diz que não deveríamos agir neste momento de comoção. Na mesma entrevista, Rosa Vieites disse:

– Ele [Lula] foi muito infeliz com essa declaração. Se fosse um neto dele, um filho dele, o que ele faria? Que punição passaria pela cabeça dele?

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti observou que o colegiado a ser criado deve examinar, além de mudanças na legislação penal, propostas sobre a criação de presídios e estabelecimentos socioeducativos para menores.

## Mão Santa exige política do governo para segurança

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o mínimo que se deve exigir do governo é a segurança. Alguns brasileiros, disse, vão à Argentina para passear nas ruas de Buenos Aires, já que não podem andar nas grandes cidades do Brasil. O parlamentar ressaltou que a Argentina alcançou taxa de crescimento econômico de 10% ao ano, mais do que o dobro do Brasil. Ele acrescentou que os índices de pobreza têm diminuído na Venezuela. No Chile, relatou Mão Santa, o cidadão assegura que sua polícia não é corrupta.

– Quem pode afirmar isso no Brasil? – indagou Mão Santa, ao se referir à corrupção policial.

O senador também criticou a desigualdade regional de renda. Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) deveria ser chamado de Banco do Sudeste, pois só investe na região Sudeste.

## Gilvam: sociedade está “pronta para o combate”

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que a sociedade civil brasileira está pronta a combater e resolver o problema da violência urbana. Em sua opinião, basta um líder para organizar a atuação da sociedade civil. – As forças da sociedade organizada estão aí, precisamos de um líder para mobilizá-las. Não ficará um só menor de rua, um só menor nos depósitos e presídios onde teriam formação como bandido – garantiu.

Gilvam Borges ressaltou o importante papel das igrejas na organização da sociedade e criticou os programas de governo que “aviltam a personalidade”.

– Ninguém gosta de esmola – afirmou.

O parlamentar destacou a importância, nesse quadro, da educação, que “liberta, transforma, qualifica e prepara”. Para o senador, a pior pobreza não é a material e sim a do conhecimento, da qualificação.



## PLENÁRIO



Renan (E) preside reunião com os líderes partidários: agenda de mudanças econômicas e combate à criminalidade ocupará pauta do Senado nos próximos cem dias

# Senado define a pauta dos cem dias

O presidente Renan Calheiros definiu, após reunião com líderes partidários, os projetos da área econômica que terão prioridade de votação nos próximos cem dias de funcionamento do Senado. As duas principais ênfases, acertadas pelos partidos, serão os projetos relacionados à área de segurança pública e todas as proposições voltadas para o desenvolvimento econômico, inclusive as do Programa de Aceleração do Cresci-

mento (PAC).

Além das matérias relacionadas ao PAC, o esforço de cem dias incluirá a votação em Plenário das novas regras para as agências reguladoras, da implantação do SuperSimples e da solução para os precatórios dos estados.

Na área de combate à criminalidade, as lideranças partidárias fecharam acordo para votar o PLS 134/06, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que proíbe o contingenciamento de recursos

para a segurança pública.

– Eu proponho um passo além – disse Calheiros, que sugeriu a vinculação temporária de recursos do Orçamento para a segurança pública, que mantenha o equilíbrio fiscal e defina o papel que caberia à União, aos estados e aos municípios.

O presidente do Senado afirmou que outra solução seria a criação de um fundo de segurança pública, o que poderia ser feito, segundo ele, por meio da

regulamentação do artigo 144 da Constituição federal.

“Só maioria não resolverá problemas”

Para Renan, o debate sobre a redução da maioria penal tornou-se “inevitável”, porém a solução dos problemas de segurança estaria, principalmente, na maior alocação de recursos, que hoje, avalia, são insuficientes e, quando contingenciados, deixam a situação ainda pior.

– Morrem todos os anos no Brasil 50 mil pessoas vítimas da violência. É preciso dar um tratamento especial no combate à insegurança com instrumentos para o Estado pegar pesado no combate à criminalidade – comentou Renan Calheiros. Ele apontou ainda como medidas necessárias equipar e treinar a polícia (além de dar-lhe salário e moradia dignos), ressocializar os jovens e atualizar os códigos Penal e de Processo Penal.

## Mais fiscalização sobre previdência privada

Os órgãos fiscalizadores da previdência complementar podem ser dotados da prerrogativa de também investigar diretamente as operações financeiras realizadas com recursos dos planos de benefícios, como já ocorre com o Banco Central (BC) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional. Esse é o teor de projeto de lei complementar (PLS 229/06) aprovado por unanimidade pelo Plenário. A matéria, de autoria da Subcomissão de Fundos de Pensão da CPI Mista dos Correios, altera a Lei Complementar 105/01 e deve agora ser submetida ao exame da Câmara dos Deputados.

## Propostas de CPI mista são desarquivadas

Seis projetos elaborados pela CPI Mista do Sistema Financeiro serão desarquivados, conforme decisão tomada pelo Plenário. O requerimento solicitando a continuidade da tramitação foi apresentado pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Entre as propostas desarquivadas, que deverão retornar às comissões permanentes, estão o projeto de lei do Senado (PLS 678/99) que trata da remessa de recursos por não-residentes (contas CC5); o PLS 681/99, que estabelece a opção de seguro em operações do sistema imobiliário nacional; e o PLS 685/99, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional e estabelece as regras e condições de emissão do real.

## Decreto legislativo para porto seco

As mudanças nas relações jurídicas decorrentes da rejeição da chamada Medida Provisória dos Portos Secos (MP 320/06) foram reunidas em projeto de decreto legislativo (PDS 3/07) aprovado pelo Plenário. Rejeitada em dezembro de 2006, a MP tratava da movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação; do alfandegamento de locais e recintos e da licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias.

## Emigrantes brasileiros podem ser anistiados

Emigrantes brasileiros que tiveram filhos em países fronteiriços mas registraram os nascimentos no Brasil – fato que configura crime de falsidade ideológica – podem ser anistiados. Projeto aprovado no Plenário (PLS 263/06) estabelece que a anistia terá duração de dois anos a partir da entrada em vigor da lei. A matéria teve origem na CPI da Emigração Ilegal e será submetido à Câmara dos Deputados. Ainda de acordo com o projeto, os registros de nascimento realizados dessa forma deverão ser cancelados, para permitir que os emigrantes regularizem a situação dos filhos. A proposta foi elaborada pela CPI após seus membros visitarem alguns países que fazem fronteira com o Brasil.

## TCU investiga repasses do governo ao Sebrae

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá prestar informações sobre repasses do governo federal ao Sebrae entre os anos de 2003 e 2005.

A solicitação consta de requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

## Sessões especiais para Darcy e para missão na Antártica

O Plenário aprovou dois requerimentos de sessões especiais encaminhados por Cristovam Buarque (PDT-DF). O primeiro solicita uma sessão pelo transcurso dos dez anos da morte do ex-senador Darcy Ribeiro. O segundo homenageia os 25 anos do Programa Antártico Brasileiro.

## Duas diplomatas têm aprovação unânime

A diplomata Maria Luiza Ribeiro Viotti, indicada pelo presidente da República para o cargo de representante brasileira junto à Organização das Nações Unidas (ONU), teve seu nome aprovado por unanimidade pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). Também foi unânime a decisão de aprovar a indicação presidencial da diplomata Maria Dulce Silva Barros para ocupar o cargo de embaixadora do Brasil em Cabo Verde. Ambas foram posteriormente aprovadas pelo Plenário.

Segundo Maria Luiza afirmou na sabatina da comissão, a reforma da estrutura da ONU, a

missão internacional de paz no Haiti e o desafio do aquecimento global serão os principais temas nos próximos anos. Ela também defendeu a ampliação do Conselho de Segurança da ONU, para adequá-lo à realidade política internacional e incluir o Brasil. O parecer favorável foi apresentado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Maria Dulce Barros, que obteve parecer favorável de Heráclito Fortes (PFL-PI), defendeu a prioridade concedida pelo governo

brasileiro às relações com a África e disse que o continente “está na ordem do dia”, por seus recursos naturais e por questões estratégicas.

### CRE sabatinou representante para a ONU e embaixadora em Cabo Verde

Hu Jintao realizou recentemente um amplo périplo pelo continente. O Brasil faz muito bem em perseguir sua política de aproximação com a África – afirmou.

– A Otan [Organização do Tratado do Atlântico Norte] tem feito cada vez mais exercícios em solo africano. E não foi por acaso que o presidente chinês

## Diplomata quer o Brasil no Conselho de Segurança da ONU

Ao defender a ampliação do Conselho de Segurança da ONU, Maria Luiza Viotti disse que o órgão não conta com representantes da América Latina ou da África. Ela lembrou que apenas a China representa a Ásia no órgão máximo das Nações Unidas.

– O Brasil julga que tem credenciais para ingressar no conselho, com as suas dimensões territoriais, a sua população e a sua posição pacífica, a favor de soluções negociadas. Nosso país defende a força da razão, não a das armas – assinalou a nova re-

presentante brasileira na ONU.

Collor sugere meio ambiente como tema

Para o senador Fernando Collor (PTB-AL) a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança deveria ter como principal bandeira a questão ambiental. Ele apresentou a idéia durante a reunião da CRE, onde também defendeu a revisão do conceito de segurança mundial.

– Esse conceito deveria incluir a segurança da vida no planeta – destacou o parlamentar.

PARTIDOS Maiores legendas endossam PEC que reinstalou a cláusula de barreira derrubada pelo Supremo

# Grandes se unem contra a redivisão do fundo partidário



JOSÉ AGRIPINO  
José Agripino, líder do PFL: projeto conjunto já foi aprovado na Câmara

A primeira iniciativa legislativa do novo Congresso foi a reação, na Câmara e no Senado, à derrubada da cláusula de barreira no Supremo Tribunal Federal (STF) e à conseqüente redivisão do fundo partidário pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Esquecendo as diferenças ideológicas, os grandes partidos (PMDB, PT, PFL e PSDB) uniram-se para garantir que seu cacife nas urnas continue a diferenciá-los das pequenas agremiações, pejorativamente chamadas de legendas de aluguel ou de partidos nanicos.

No primeiro discurso do ano no Senado, o senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 2/07) que, desta vez para não deixar dúvidas, introduz o que ele denomina de cláusula de desempenho, fixando como princípio constitucional critérios mínimos para que um partido tenha funcionamento parlamentar e maior acesso a recursos públicos e ao rádio e à TV (veja matéria na página 11).

Logo em seguida, os líderes dos quatro

maiores partidos se reuniram para recompor os recursos do fundo partidário, que em 2007 deverá ter, somente em verbas orçamentárias, R\$ 126 milhões, mais os recursos de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral. O encontro ocorreu após o TSE ter reinterpretado a legislação, diminuindo em R\$ 500 mil por mês, em média, os repasses para as grandes legendas.

Como resultado, os líderes apresentaram, no dia 8 de fevereiro, o PL 84/07, aprovado uma semana mais tarde na Câmara com quase 300 votos favoráveis, mesmo com a resistência dos pequenos partidos, entre eles o bloco formado por PSB, PCdoB e PDT.

A partir desta semana, será a vez de os senadores analisarem a matéria, mas o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), já prevê tramitação rápida no Senado. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) condenou o projeto, um "atentado à democracia". Ele já anunciou que deve recorrer ao Judiciário caso o Senado aprove o projeto.

Pela proposta, que altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95), 95% do

fundo partidário ficam para os partidos que elegeram deputados federais, proporcionalmente ao tamanho das bancadas eleitas. Os 5% restantes serão distribuídos entre todas as legendas, incluindo as que já ficaram com a maior parte (saiba mais na página 11).

A estratégia de apelar a um projeto de lei para mudar os critérios de distribuição do fundo partidário em vez de uma PEC, como no caso da cláusula de barreira, pode ser suficiente para que os partidos com mais votos recebam mais recursos. Em outras palavras, a avaliação é que uma PEC como a do senador Marco Maciel, por necessitar de três quintos dos votos de deputados e senadores, mesmo com o apoio dos maiores partidos, teria mais dificuldades para ser aprovada.

Mas o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, advertiu que, diferentemente do que aconteceu com a cláusula de barreira, uma nova lei tem que estar de acordo com a Constituição, pois, caso contrário, correrá novamente o risco de ser derrubada no STF.



GERALDO MAGELA  
Ideli Salvatti, líder do PT: endosso à revisão das regras do fundo partidário

## Horário eleitoral é outra batalha importante

A decisão do TSE para adaptar as normas eleitorais à decisão do STF que derrubou a cláusula de barreira teve impacto, além de no fundo partidário, na divisão do tempo destinado gratuitamente aos partidos no rádio e na TV. Porém, diferentemente do que aconteceu com a distribuição de verbas do fundo partidário e a manutenção da cláusula de barreira, a distribuição do tempo dos partidos na mídia eletrônica ainda não foi objeto de proposta legislativa no Congresso Nacional.

Caso o texto original da lei fosse mantido, a partir deste ano, os grandes partidos teriam direito a programas semestrais de 20 minutos e mais 40 minutos por semestre para inserções publicitárias de até 30 segundos no rádio e na TV. Enquanto isso, os partidos que não alcançaram o

desempenho fixado na legislação poderiam levar ao ar programas semestrais de apenas dois minutos.

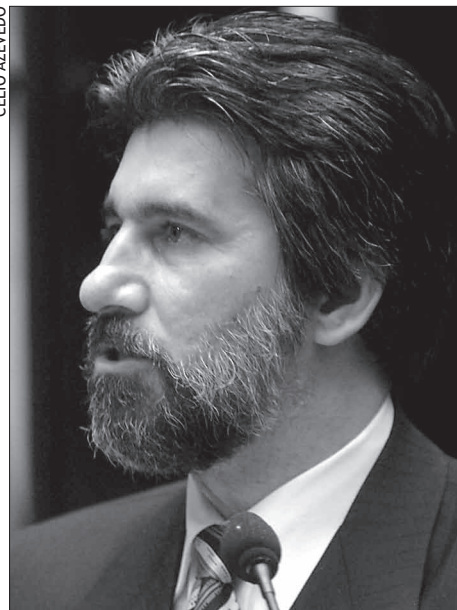
Com a derrubada dessas regras pelo STF, o tempo dos partidos que receberam mais de 5% dos votos nacionais (PMDB, PT, PSDB, PFL, PSB, PDT e PP) ou que recorreram à incorporação e à fusão com partidos menores será, na prática, reduzido à metade, já que continuam valendo

as regras de transição estabelecidas na Lei dos Partidos Políticos. Além disso, outros cinco partidos (PPS, PTB, PV, PCdoB e PSC) que receberam mais de 1% dos votos nas duas últimas eleições gerais e que elegeram parlamentares em pelo menos cinco estados terão direito

ao mesmo tempo destinado às grandes legendas.

Agremiações que elegeram deputados federais em pelo menos três estados (PSOL e PTC, por exemplo) terão direito a um programa de dez minutos por ano. Partidos "nanicos", que não atingiram nenhum dos critérios, terão apenas um programa semestral de cinco minutos.

O efeito da decisão do STF na distribuição do tempo dos partidos na mídia não tem relação com o tempo destinado aos partidos e candidatos nas eleições. Este continua a ser distribuído de acordo com a proporcionalidade da bancada do partido na Câmara dos Deputados.



CÉLIO AZEVEDO  
Valdir Raupp, líder do PMDB: grandes partidos perdem R\$ 500 mil mensais

## Restrições a partidos sem votos são impostas em todo o mundo

Como conciliar liberdade de organização política e necessidade de abrir espaço para novas lideranças em um sistema político representativo, livre de partidos de aluguel? Não é apenas o Brasil que debate essa questão.

Segundo o senador Marco Maciel (PFL-PE), 44 países adotam a cláusula de desempenho no mundo. Ele citou 36 deles (veja ao lado) no discurso em que apresentou ao Plenário sua proposta de introduzir o mecanismo no ordenamento jurídico brasileiro.

— Esses países buscam reduzir o número de partidos, o que contribui para a governabilidade e a racionalidade da cena política — afirmou.

O maior exemplo de adoção de limitações a partidos baseadas no desempenho é a Alemanha, que usa esse tipo de dispositivo há quase 50 anos. O modelo do país é clássico e serve como fórmula para

outras democracias: se o partido não obtiver 5% dos votos nacionais, não ganha direito a representação no Congresso e ainda pode perder financiamento público e acesso ao rádio e à TV. Mas o modelo pode variar de acordo com o tipo de eleição, proporcional ou por distritos.

Em projeto de 2003, o deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), ao defender a redução dos critérios da cláusula de barreira então em vigor, arde introduzir o mecanismo na Alemanha, que inspirou a lei, foram feitas mudanças. Ele chega a citar, na justificativa da proposta (PL 1.359/03), autores germânicos que criticam a cláusula de barreira por criar "verdadeiras oligarquias partidárias". Eles condenam também a dificuldade criada para a renovação partidária, gerando uma estrutura que pode não mais corresponder às demandas sociais.

**Texto original daria o dobro do tempo na TV aos grandes partidos**

## Países que adotam a cláusula de desempenho

1. Albânia	19. Israel
2. Alemanha	20. Lituânia
3. Argentina	21. Macedônia
4. Armênia	22. México
5. Áustria	23. Moçambique
6. Bolívia	24. Moldávia
7. Bulgária	25. Noruega
8. Coreia do Sul	26. Nova Zelândia
9. Croácia	27. Polônia
10. Dinamarca	28. Rep. Tcheca
11. Eslováquia	29. Romênia
12. Eslovênia	30. Rússia
13. Espanha	31. Sri Lanka
14. Estônia	32. Suécia
15. Filipinas	33. Tailândia
16. França	34. Taiwan
17. Geórgia	35. Turquia
18. Hungria	36. Ucrânia

Fonte: Discurso do senador Marco Maciel em 5 de fevereiro de 2007.



GABINETE DO SENADOR MARCELO CRIVELLA  
Para Marcelo Crivella, alteração é um "atentado à democracia"

**PARTIDOS** Após a incorporação do PAN pelo PTB e a criação do PR (fusão de PL e Prona), país tem quase 30 siglas

# Proposta de Maciel ganha apoio entre os senadores

Os primeiros dias do ano legislativo deixam clara a prioridade dada pelas grandes legendas à manutenção da cláusula de barreira – ou cláusula de desempenho – para limitar o número de partidos políticos. Apresentada por um senador do PFL, Marco Maciel (PE), a proposta de emenda à Constituição com esse teor (PEC 2/07) tem como relator um senador do PMDB, Jarbas Vasconcelos (PE), cujo relatório favorável já foi incluído na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por outro senador do PFL, o presidente da comissão, Antonio Carlos Magalhães (BA).

Na prática, a PEC estabelece que o desempenho nas urnas crie uma hierarquia entre partidos que têm votos – e representatividade – e aqueles que não têm. Essa diferenciação levaria a limitações no funcionamento parlamentar e no acesso a recursos do fundo partidário e do tempo gratuito no rádio e na TV, como determinava dispositivo da Lei dos Partidos Políticos considerado inconstitucional pelo STF em dezembro.

A expectativa é que, aprovada a proposta, a partir de 2010, finalmente passe a valer a regra que estabelece que apenas partidos

que obtenham um mínimo de 5% de todos os votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, com pelo menos 2% dos votos válidos em um mínimo de nove estados (um terço do total), tenham direito a participar das comissões das casas legislativas e do total de recursos do fundo partidário.

Somente no dia em que apresentou a proposta, Maciel recebeu apoio de sete senadores dos maiores partidos. Juntos, PMDB, PFL, PT e PSDB somam 61 senadores, ou seja, reúnem com folga os três quintos de votos (49) necessários para aprovar a PEC. Mas, entre os deputados, somam 298 votos, dez a menos que o mínimo necessário. Curiosamente, o projeto que redefine a distribuição do fundo partidário teve 297 votos na Câmara.



Marco Maciel, autor da PEC: apoio maciço dos senadores dos grandes partidos



Inácio Arruda, do PCdoB, e Tasso Jereissati, do PSDB: pequenos e grandes partidos em conflito

## Cláusula de barreira estimulou fusões

Ainda que nunca tenha gerado as transformações desejadas pelos legisladores, por não ter entrado em vigor, a cláusula de barreira provocou diversos “efeitos colaterais” no cenário político-partidário nacional, além das adaptações feitas pelo TSE em razão da decisão do STF que derrubou a medida, como as mudanças nos cálculos de distribuição do fundo partidário e do tempo gratuito no rádio e na TV.

Outra consequência foi a corrida de alguns partidos para, depois de anunciado o resultado das eleições, incorporar ou se fundir com outros partidos, para atingir o desempenho mínimo fixado nos dispositivos considerados inconstitucionais mais tarde. Entre outubro e início de dezembro,

sete partidos deram entrada no TSE com processos desse tipo, para evitar as severas restrições impostas às agremiações que não atingiram o desempenho nas urnas e vigoraram por apenas dois meses.

A primeira legenda a reagir foi o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que decidiu incorporar o Partido dos Aposentados da Nação (PAN).

A saída do Partido Liberal (PL) foi propor uma fusão com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (Prona), mesmo que o primeiro seja da base de sustentação do governo e o líder do segundo, o deputado federal Enéas Carneiro (SP), seja um assumido opositor.

Por fim, o Partido Popular

Socialista (PPS), o Partido Humanista da Solidariedade (PHS) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN) decidiram se fundir para criar a Mobilização Democrática (MD). Enquanto o processo que originou o Partido Republicano (PR), fruto da fusão do PL com o Prona, já foi finalizado, a incorporação do PAN pelo PTB ainda está pendente de parecer na procuradoria do TSE. Nesse meio tempo, PPS, PHS e PMN desistiram de ir adiante na criação da Mobilização Democrática.

Ou seja, mesmo cancelada a expectativa de uma grande reorganização partidária em decorrência da cláusula de barreira, alguns partidos se movimentaram, ainda que sem uma definição ideológica clara.

## Lei em vigor há 11 anos foi derrubada pelo Supremo

19 de setembro de 1995 – É sancionada a Lei 9.096/95, a Lei dos Partidos Políticos, determinando que, a partir das eleições de 2006, as legendas que não obtivessem pelo menos 5% dos votos em nível nacional e 2% em nove estados (um terço do total), nas eleições para deputado federal, teriam o funcionamento parlamentar, a participação no fundo partidário e o acesso ao horário gratuito reduzidos. É a chamada cláusula de barreira. Entre a sanção da lei e as eleições de 2006, são aplicadas regras de transição.

2 de outubro de 2006 – Pelas regras, apenas PMDB, PT, PSDB, PFL, PP, PSB e PDT superam os limites da cláusula de barreira. Mesmo após 11 anos de vigência, depois do resultado das eleições para a Câmara em 2006, partidos que não alcançaram o desempenho estipulado recorrem ao STF, onde duas ações de inconstitucionalidade foram protocoladas pelo PCdoB e PSC. Outros partidos optaram pela fusão ou incorporação para que, somadas as votações, o critério fosse superado (veja matéria acima).

7 de dezembro de 2006 – O STF considera inconstitucionais os artigos da Lei dos Partidos Políticos que instituem a cláusula de barreira. Para a Corte, a medida cerceia a liberdade de organização, o pluralismo e a autonomia dos partidos, princípios constitucionais (veja quadro abaixo).

8 de fevereiro de 2007 – O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adaptou as normas eleitorais à decisão do STF, com impactos sobre a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de horário eleitoral gratuito.

### Conheça o atual quadro partidário do país

- Partido Comunista Brasileiro (PCB)
- Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
- Partido da Causa Operária (PCO)
- Partido da Frente Liberal (PFL)
- Partido da Mobilização Nacional (PMN)
- Partido da República (PR)
- Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
- Partido Democrático Trabalhista (PDT)
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
- Partido dos Trabalhadores (PT)
- Partido Humanista da Solidariedade (PHS)
- Partido Popular Socialista (PPS)
- Partido Progressista (PP)
- Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB)
- Partido Republicano Brasileiro (PRB)
- Partido Republicano Progressista (PRP)
- Partido Social Cristão (PSC)
- Partido Social Democrata Cristão (PSDC)
- Partido Social Liberal (PSL)
- Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)
- Partido Socialista Brasileiro (PSB)
- Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)
- Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
- Partido Trabalhista Cristão (PTC)
- Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB)
- Partido Trabalhista Nacional (PTN)
- Partido Verde (PV)

Fonte: TSE

## Como fica a distribuição do fundo partidário

### O que vigorou até o ano passado

- Uma cota de 29% era reservada a partidos que:
  - alcançassem, no mínimo, 5% dos votos válidos apurados, em pelo menos nove estados, com 2% do total em cada um deles; ou
  - elegessem representantes em, no mínimo, cinco estados, com 1% dos votos válidos no país.
- Dos outros 71%:
  - uma cota de 1% era dividida em partes iguais a todos os partidos registrados no TSE;
  - o restante era distribuído entre os partidos que tivessem alcançado, no mínimo, 5% dos votos válidos em pelo menos nove estados, com um mínimo de 2% do total em cada um deles.

### O que o TSE estipulou em janeiro

- 29% ficam para partidos registrados no TSE, proporcionalmente ao número de deputados federais;
- 29% ficam para partidos registrados no TSE e que tenham concorrido ou venham a concorrer às eleições para a Câmara, elegendo representantes em duas eleições consecutivas em, no mínimo, cinco estados, obtendo, ainda, 1% dos votos nacionalmente;
- os 42% restantes são distribuídos entre todos os partidos políticos com estatutos registrados no TSE.

### O que determina o projeto em tramitação

- 5% do fundo devem ser distribuídos entre todas as legendas com registro no TSE, e
- 95% dos recursos devem ser repartidos entre os partidos que elegeram deputados federais, proporcionalmente aos votos obtidos na última eleição para a Câmara.

Fontes: TSE e PL 84/07

CRESCIMENTO Guido Mantega e Paulo Bernardo são convidados da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura



Uma das MPs mais polêmicas dá à Caixa R\$ 5,2 bilhões para investimentos em infra-estrutura

## Ministros debaterão PAC no Senado

Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, serão convidados a debater o programa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado, presidida por Marconi Perillo (PSDB-GO). Paulo Bernardo antecipou sua disposição de comparecer ao encontro, marcado para o próximo dia 7, que contará ainda com a presença da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff.

Os integrantes da CI criaram uma subcomissão de acompanhamento do PAC. Ao justificar a proposta dessa subcomissão, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-

PA) lembrou que a edição das medidas provisórias (MPs) que compõem o PAC são polêmicas.

– As MPs 348 e 349, de 2007, que instituíram os fundos de investimentos em infra-estrutura, são as mais complexas, razão pela qual requeiro a criação de uma subcomissão para acompanhamento permanente do PAC – justificou Flexa Ribeiro.

Já o senador José Agripino (PFL-RN) avaliou, em discurso no Plenário, que o PAC é apenas “um enunciado de intenções”. Mesmo que fosse integralmente implantado, o programa não resolveria o problema da economia brasileira, disse. Ele observou que o Brasil precisa crescer tanto quanto a Índia e a Rússia e propôs um debate sobre o que é preciso fazer para que o país “retome de verdade o crescimento,

sem PAC, sem empulhação”.

– Dólar a menos de R\$ 2,10 é bom para quem vai viajar para o exterior, mas para quem produz, cria emprego e precisa exportar é um desastre. É preciso baixar a taxa de juros e diminuir a carga tributária – sugeriu.

Agripino disse que o PAC pressupõe investimentos de muitos bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que tem destinação específica determinada por lei. Ele lembrou que a reserva brasileira em dólares financia o Tesouro americano, pois o governo compra os dólares dos exportadores pagando 13% de juros e utiliza esses mesmos dólares para comprar títulos americanos remunerados em 4,5%, provocando um deságio de US\$ 5 bilhões/ano ao Brasil para segurar a inflação.

## Câmara já definiu os 11 relatores do pacote

O presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), anunciou na quinta-feira os nomes dos relatores de oito medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei que integram o Programa de Aceleração do Crescimento, anunciado pelo governo federal no dia 22 de janeiro.

O critério para a escolha dos relatores, segundo Chinaglia, foi a afinidade com o tema ou a experiência para conduzir uma relatoria, além da proporcionalidade partidária. O deputado disse que espera o mesmo comportamento de todos os relatores, sejam da base governista ou da oposição. Ele lembrou ainda que o parecer do relator é opinativo, pois a decisão final cabe ao Plenário.

Apenas um partido de oposição, o PFL, terá um deputado relatando matéria do PAC. O partido indicou o deputado Fernando de Fabinho (BA) para relatar a MP 347, que abre crédito de R\$ 5 bilhões à Caixa Econômica Federal para financiar investimentos em infra-estrutura.

De acordo com Chinaglia, foi

oferecida uma relatoria ao também opositor PSDB, mas o deputado escolhido não aceitou.

A mais polêmica de todas, a MP 349, que transfere R\$ 5,2 bilhões do FGTS para um fundo de investimento em infra-estrutura, será relatada pelo deputado governista Wilson Santiago (PMDB-PB), ex-líder do partido.

O presidente da Câmara afirmou ainda que deve colocar as propostas em pauta já a partir desta semana. A previsão de Chinaglia é que as medidas provisórias do PAC sejam votadas só a partir de 19 de março, data em que passam a trancar a pauta do Plenário. Mas ele disse esperar que a apreciação das MPs seja concluída até o fim do semestre.

As MPs têm força de lei desde a edição pelo Executivo e vigoram por 60 dias, podendo ser prorrogadas uma vez por igual período. Se em 45 dias a Câmara ou o Senado não tiverem concluído a votação da medida, ela passará a trancar a pauta. A tramitação dos projetos de lei não tem esse caráter de urgência.

## Pauta cheia

Conheça as medidas provisórias e projetos de lei que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e seus respectivos relatores na Câmara, onde tramitarão antes de chegar ao Senado. Também integram o pacote diversos decretos presidenciais e uma mensagem do Executivo.

**Medida Provisória 346/07** - Abre crédito extraordinário para a extinção da Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA) e a liquidação da Companhia de Navegação do São Francisco (Franave).

**Relator** - Deputado Milton Monti (PR-SP)

**MP 347/07** - Capitaliza a Caixa Econômica Federal para investir em saneamento básico e moradia popular.

**Relator** - Deputado Fernando de Fabinho (PFL-BA)

**MP 348/07** - Cria o Fundo de Investimento em Infra-Estrutura com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com previsão inicial de R\$ 5 bilhões.

**Relator** - Deputado Armando Monteiro (PTB-PE)

**MP 349/07** - Autoriza a transferência de R\$ 5 bilhões do patrimônio líquido do FGTS para um fundo de investimento (FI-FGTS) destinado a financiar projetos nas áreas de energia, rodovia, porto, ferrovia e saneamento.

**Relator** - Deputado Wilson Santiago (PMDB-PB)

**MP 350/07** - Permite aos mutuários a opção de compra de moradia arrendada pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

**Relator** - Deputado Dagoberto (PDT-MS)

**MP 351/07** - Concede incentivos fiscais a quem comprar equipamentos para projetos nos setores de transportes, portos, energia e saneamento básico.

**Relator** - Deputado Odair Cunha (PT-MG)

**MP 352/07** - Concede incentivos fiscais para empresas que desenvolverem e produzirem equipamentos para TV digital.

**Relator** - Deputado Átila Lins (PMDB-AM)

**MP 353/07** - Permite à União assumir direitos e obrigações da extinta RFFSA.

**Relator** - Deputado Jaime Martins (PR-MG)

**Projeto de Lei 7.709/07** - Altera a Lei de Licitações.

**Relator** - Deputado Márcio Reinaldo (PP-MG)

**Projeto de Lei Complementar 1/07** - Limita gastos com pessoal.

**Relator** - Deputado José Pimentel (PT-CE)

**Projeto de Lei 1/07** - Valoriza o salário mínimo.

**Relator** - Deputado Roberto Santiago (PV-SP)

Fontes: Agência Brasil e Agência Câmara

## Programa começa com a Super-Receita

Incluído no Programa de Aceleração do Crescimento, o projeto de lei que cria a Super-Receita completou sua tramitação pelo Congresso. As modificações introduzidas pelo Senado foram votadas na Câmara no último dia 13 de fevereiro. Os deputados aprovaram a maioria das mudanças, especialmente as que estabelecem normas de proteção ao contribuinte na sua relação com o novo fisco.

Muitas entidades, inclusive a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), temiam que a concentração da cobrança de todos os tributos federais e da fiscalização em um único órgão público, reforçado pelo ingresso da contribuição previdenciária, daria poderes excessivos à Super-Receita. Esses procedimentos que melhoram a relação fisco-contribuinte foram assegurados pelo então senador Rodolpho Tourinho, que acolheu em seu parecer as emendas apresentadas pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O governo tentou criar a Super-Receita por meio de medida provisória em 2005. A MP acabou prescrevendo no Senado depois que os parlamentares se rebelaram contra o uso abusivo de medidas provisórias pelo Executivo. A proposta retornou por projeto de lei, praticamente mantendo o relatório do deputado Pedro Novais (PMDB-MA) aprovado na Câmara.

Na etapa final de votação, o ponto que gerou mais polêmica foi emenda incluída pelo Senado que proíbe os auditores da Super-Receita de desconstituírem as chamadas “empresas de uma pessoa só”, que no entender do fisco facilitam a transformação de assalariados em pessoas jurídicas, com perdas de receita para os cofres federais. A Câmara manteve a emenda, assegurando que essa desconstituição só possa ser feita após decisão judicial. O ministro da Fazenda, no entanto, informou que proporia o veto presidencial a esse dispositivo.



Marconi Perillo, presidente da Comissão de Infra-Estrutura: debate agendado



Flexa Ribeiro sugere criar subcomissão para acompanhar medidas do PAC

## ENTREVISTA

## ALOIZIO MERCADANTE

# Crescimento é “prioridade das prioridades”

Eleito presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) afirma que as propostas do Programa de Aceleração do Crescimento serão prioridade no colegiado. Ele defende

ainda, como forma de promover o crescimento do país, ajustes na política macroeconômica do governo. O senador falou sobre esses e outros temas em entrevista ao *Jornal do Senado*, à TV Senado e à Rádio Senado.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em janeiro, deverá ser o grande tema do ano para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)?

O crescimento econômico é o grande desafio do Brasil. Somos um país que, ao longo de um século, entre 1880 e 1980, foi o país que mais cresceu na história econômica internacional. Nos últimos 25 anos, temos alternado entre crescimento moderado e crescimento medíocre, mais próximo da mediocridade. Desde a crise da dívida externa, o país não conseguiu se recuperar. Não retomamos nossa vocação para o crescimento, que é resultado dos recursos naturais, da estrutura produtiva, da nossa história econômica. Espero, na presidência da CAE, fixar o crescimento econômico como prioridade das prioridades. Crescimento com distribuição de renda, com inclusão social, mas crescimento. E não haverá crescimento neste país se não aumentarmos a capacidade de investimento. Para crescer 5%, temos que investir cerca de 25% do produto interno bruto (PIB) ao ano. Estamos investindo menos de 20%, sendo que o setor privado contribui com 17% ou 18% do PIB. E o Estado, que arrecada 38% de carga tributária, investe 2,4% do PIB. Então temos que aumentar a capacidade de investimento do Estado. Para aumentar essa capacidade, precisamos discutir custeio, gasto corrente, e disciplinar melhor os gastos públicos.

Como presidente da CAE, qual será o posicionamento do senhor em relação ao equilíbrio entre controle da inflação e queda dos juros?

Como presidente, é claro que vou buscar expressar a média de pensamento dentro da comissão. A primeira decisão, que nós já tomamos, é que teremos audiências trimestrais com o Banco Central na CAE para discutir política monetária. Pessoalmente, acho que há espaço para que os juros caiam mais rapidamente. Não com populismo econômico. A queda tem de ser muito bem dosada. Se não, você derruba hoje e tem de aumentar amanhã. Por que ainda há espaço para queda? Porque a inflação está abaixo da meta há muito tempo. A meta que o Copom [Comitê de Política Monetária] estabeleceu é 4,5% para os próximos três anos. E a inflação tem ficado em torno de 3%. A inflação está abaixo da meta, mas o crescimento do PIB também está abaixo da meta. Portanto, você tem que calibrar a po-

lítica monetária olhando também para a produção. Temos um Banco Central que não quer correr risco em relação à inflação. Entendo a decisão deles, mas o risco é transferido para o Tesouro, porque a conta da dívida pública aumenta, para o PIB e o emprego. A queda de juros vai aumentar a demanda, mas nós temos capacidade ociosa na economia. Esse é um debate que quero promover na CAE. Queremos discutir as grandes questões nacionais, não apenas o varejo.

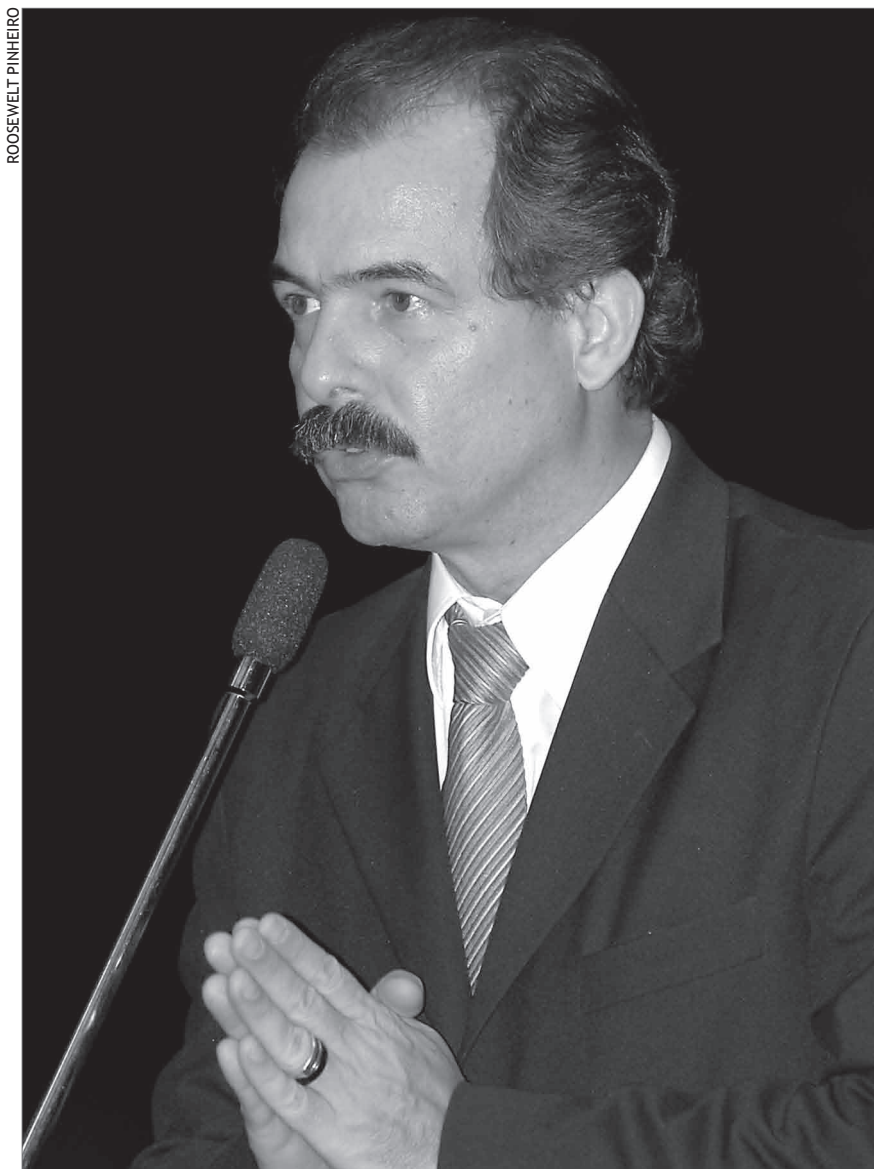
Senador, por que as parcerias público-privadas (PPPs) ainda não decolaram e o que poderia ser feito para fomentá-las?

A CAE é que vai analisar os contratos de PPPs no Senado. Já temos, por exemplo, a Linha Amarela do Metrô de São Paulo, que infelizmente foi objeto daquele grave acidente ocorrido agora em janeiro. Inclusive a CAE formou uma subcomissão para levantar todos os dados sobre o que está acontecendo em relação a essa PPP. Acho que essas parcerias são um instrumento que vai crescer muito no Brasil. Estamos, no âmbito da comissão, buscando melhorar a segurança jurídica dos investimentos privados. Para crescer, precisamos aumentar o investimento público e dar segurança ao investidor privado. Nesse sentido, acabamos de aprovar no Senado emenda constitucional definindo o papel das agências reguladoras, inclusive estabelecendo sua autonomia administrativa e financeira.

**“A queda dos juros tem que ser bem dosada, sem populismo econômico”**

Como o senhor avalia o pleito dos governadores de repartição dos recursos da CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] e de criação, para os estados, de uma espécie de DRU [Desvinculação de Receitas da União, um mecanismo que permite à União usar livremente 20% de sua receita, sem vinculação com uma área orçamentária específica]?

Em relação à CPMF, não me parece o melhor instrumento para repartição de recursos. Porque ela diz respeito ao financiamento da Previdência Social. Se começarmos a transformar essas contribuições em instrumento de repasse aos estados e municípios, vamos agravar a fragilidade financeira da Previdência. Poderíamos, como instrumento de repasse, usar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), cobrada em operações com combustíveis. Podemos ainda rediscutir formas de repartir o Imposto de Renda e o Im-



Para Mercadante, é preciso aumentar o nível de investimento público ao mesmo tempo que se garante segurança jurídica ao investidor privado

posto sobre Produtos Industrializados (IPI). A DRU, infelizmente, é indispensável à União. Você desvincula porque tem uma dívida que é de 50% do PIB, uma dívida de R\$ 1 trilhão que nós herdamos. Os estados também estão submetidos a dívidas bastante elevadas. E acho que a desvinculação de receitas é um instrumento que pode servir para melhorar as finanças dos estados. Na verdade, o estado poderia fazer isso no âmbito da legislação estadual, mas nós aqui no Congresso podemos contribuir, talvez criar um mecanismo por meio de uma lei complementar para esse fim.

Qual a expectativa do senhor para a regulamentação da Lei Kandir no que diz respeito às compensações financeiras devidas pela União aos estados que concedem isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas exportadoras?

Temos hoje no Brasil uma deformação muito grande com a estrutura tributária. Como exemplo, citamos a situação do mercado de fertilizantes. Quem importa fertilizantes está isento de tributos. Mas, se produzir no Brasil, paga 8% de ICMS. Isso não existe em nenhum lugar do mundo. E você não consegue avançar nessa discussão porque não há unanimidade entre os estados, há uma guerra fiscal. A Lei Kandir já é uma tentativa de corrigir essas deformações. Como houve crescimento exponencial das exportações nos últimos quatro anos, estamos com um saldo comercial de US\$ 40 bilhões, e isso pressionou a capacidade arrecadatória de muitos estados. As empresas têm créditos a receber, o estado não paga e quer transferir a conta para a União. A União tem que ter alguma participação. Mas não pode ser algo simplista, em que o estado desonera, porque é assim que se aumenta as exportações, e quer transferir a conta exclusivamente para a União. Precisamos encontrar um critério melhor de repasse para os estados.

Quais as subcomissões que deverão integrar a CAE?

Existem mais pedidos que vagas. Vamos ter que fazer uma peneira. Há uma proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), de uma subcomissão para tratar da reforma tributária. Outra proposta que considero muito importante é do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), sobre o processo orçamentário. A subcomissão para discutir o marco regulatório (nas áreas de telecomunicações, gás natural, parcerias público-privadas e energia, entre outras) foi proposta pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS). O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) tem uma demanda que diz respeito ao pacto federativo. E existe uma proposta de subcomissão da reforma previdenciária, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que foi ministro da Previdência. Então temos aí várias comissões e a minha idéia é criar, democratizar, estimular, para que a CAE possa cumprir suas responsabilidades.

Quais as sugestões do senhor para a análise do Orçamento nos próximos anos?

Não podemos continuar elaborando a proposta orçamentária do jeito que fazemos. Demos um passo importante neste ano, que foi reduzir o número de parlamentares na Comissão de Orçamento. Cortamos pela metade: são agora só dez senadores e 20 deputados. Mas é preciso avançar muito ainda. Existem boas experiências de tramitação do Orçamento nos Estados Unidos, na União Européia e em outros países. Temos de pegar essas experiências e criar nosso próprio modelo. Minha proposta é que as discussões e emendas sejam feitas nas comissões permanentes: na Comissão de Educação, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária etc. A Comissão de Orçamento não teria poder de emendar, seria apenas de sistematização das decisões tomadas nas comissões de cada área.

## COMISSÕES

# Marco regulatório tem consenso na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou um texto consensual estabelecendo regras e princípios para o funcionamento das 11 agências reguladoras em operação no país, a exemplo da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A proposta de emenda à Constituição (PEC 81/03) apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) voltará agora ao exame do Plenário.

A proposta, que cria um marco regulatório para as agências, já havia sido aprovada pela CCJ no fim do ano passado. Duas emendas de Plenário, no entanto, devolveram a PEC à análise da CCJ. O texto final aprovado é fruto de uma subemenda apresentada pelo relator, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O texto institui o artigo 175-A da Constituição, determinando que as agências reguladoras observarão, em sua composição e funcionamento, princípios como o de proteção do interesse

público; defesa da concorrência e do direito do consumidor; autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira; além da universalização, continuidade e qualidade dos serviços, entre outros requisitos.

O texto determina ainda que uma lei complementar regulamentará o funcionamento das agências reguladoras, inclusive quanto ao controle externo e supervisão pelo Poder Executivo.

Na discussão da matéria, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) voltou a afirmar que o marco regulatório agora definido pelo consenso da comissão é um avanço na legislação brasileira. Para Mercadante, as agências



Projeto de Tasso Jereissati (E, conversando com Aloizio Mercadante) retorna ao Plenário

passarão a ter regras mais duras e estáveis, dando maior segurança para os investimentos nos setores em que elas atuam.

## CI deverá ajudar na regulamentação

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Marconi Perillo (PSDB-GO), anunciou que o colegiado vai elaborar projeto de lei sobre o papel das agências reguladoras. Ele afirmou que, assim, o Senado colaborará para que as agências ofereçam segurança jurídica aos investidores e, ao mesmo tempo, defendam os consumidores.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) disse que a recente crise no setor de transporte aéreo mostrou que as agências não defendem os consumidores e não punem as empresas do setor. Collor, que também elogiou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), observou que a ideia de maior participação do Estado nas

agências reguladoras, defendida pelo governo, é positiva.

– Houve um comitê de gestão para minimizar a crise do transporte aéreo. A minha firme convicção é que a presença do Estado nestas agências reguladoras trará efeito benéfico – declarou Collor.

Ao comentar questão levantada por Collor, sobre a contratação dos ex-presidentes dessas agências por empresas do setor com salários que superam 20 mil dólares mensais, Marconi Perillo frisou que a comissão deverá discutir se a quarentena para os diretores de agências será de três ou quatro anos.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) defendeu a autonomia das agências e citou como

exemplo positivo o trabalho do presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, presente à reunião. Heráclito Fortes disse que medidas recomendadas pela Aneel impediram um novo apagão no Brasil nos últimos anos.

Na opinião do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), as agências reguladoras deverão exercer papel importante na execução do PAC.

Ele informou que, para garantir o crescimento de 5% do produto interno bruto (PIB) previsto no PAC para o ano que vem, é preciso que sejam concluídas obras como a hidrelétrica de Belmonte, no Pará, cujo projeto foi iniciado há mais de 20 anos.

## Senadores da CAE farão reuniões técnicas mensais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) acatou proposta do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e passará a se reunir, a partir do fim deste mês, com técnicos da área econômica que levarão informações e debaterão com os senadores questões como despesas do Tesouro Nacional, contas externas, gastos e receitas da Previdência Social. Essas reuniões, de acordo com a proposta, antecederão a votação das matérias pela comissão.

A informação sobre a sugestão de Dornelles foi prestada pelo presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), na primeira parte da reunião, destinada à organização dos trabalhos do colegiado. Dornelles explicou que sua proposta tem por objetivo permitir que os parlamentares acompanhem melhor os problemas econômicos do país.

O vice-presidente da CAE, senador Eliseu Resende (PFL-MG),

disse que esse procedimento foi adotado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados e que foi de grande proveito. Os demais senadores da CAE também elogiaram a proposta, embora alguns tenham feito ressalvas e demonstrado preocupação a respeito do excesso de comissões e subcomissões em funcionamento no Senado, o que poderia esvaziar a reunião com os técnicos do governo.

Os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Delcídio Amaral (PT-MS) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) mostraram-se preocupados com a operacionalização de tais reuniões.

Mercadante esclareceu que as reuniões com os técnicos não terão caráter de audiências públicas, mas serão apenas reuniões informativas para os senadores. Esses encontros deverão começar às 9h30 das terças-feiras, quinzenalmente.

## Quatro subcomissões para temas da área econômica

Deverão ser criadas na CAE quatro subcomissões para tratar de assuntos como previdência social, processo orçamentário, regulamentação da Lei Kandir e marco regulatório.

A informação foi dada pelo presidente da comissão, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que destacou a importância e relevância dos temas a serem tratados pelos novos colegiados.

Tudo será decidido na reunião desta terça-feira, às 10h30.

Os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), autor da proposta relativa ao marco regulatório, Osmar Dias (PDT-PR) e Eliseu Resende (PFL-MG) concordam em criar uma subcomissão temporária para o assunto na CAE.

**Lei Kandir, orçamento, previdência e marco regulatório terão colegiados**

Delcídio destacou o papel fundamental do tema para o sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento.

Mercadante sugeriu que previdência social e marco regulatório fossem tratados por subcomissões permanentes, enquanto os dois outros temas por comissões temporárias, já que o máximo permitido são quatro permanentes e já existe a Subcomissão de

As demais subcomissões foram propostas pelos seguintes senadores: Lei Kandir, Flexa Ribeiro (PSDB-PA); processo orçamentário, Sérgio Guerra (PSDB-PE); e previdência, Romero Jucá (PMDB-RR).

## Aprovada em sabatina primeira mulher para o Superior Tribunal Militar

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou por unanimidade a indicação de Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora universitária, para o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar (STM), na vaga decorrente da aposentadoria do ministro Antonio Carlos de Nogueira.

Com a decisão, que será submetida ainda ao Plenário, Maria Elizabeth será a primeira mulher a ocupar um assento naquela Corte.

A matéria contou com o pa-

recer favorável da relatora da proposta, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Em resposta ao senador Adelmir Santana (PFL-DF), um dos parlamentares que participaram da sabatina da advogada, Maria Elizabeth disse ser favorável ao envio de forças de paz do Brasil a outros países, a exemplo da que se encontra atualmente no Haiti.

Ela também afirmou ser favorável à Lei do Abate, que trata dos casos em que uma aeronave poderá ser submetida à detenção, à interdição e à apreensão, por autoridades aeronáuticas, fazendárias ou da Polícia Federal.

– A evolução dos delitos transnacionais faz com que as fronteiras sejam cada vez menos respeitadas. O Brasil não pode se transformar em rota de tráfico – frisou.

O STM é composto por 15 ministros vitalícios, nomeados pelo presidente da República depois de aprovada a indicação pelo Senado, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica – todos da ativa e do posto mais elevado da carreira –, além de cinco civis.

A atuação profissional de Maria Elizabeth foi elogiada pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Romero Jucá (PMDB-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



A doutora em Direito Constitucional Maria Elizabeth Rocha, durante sabatina na CCJ, presidida por Antonio Carlos Magalhães

## INFRA-ESTRUTURA

# Acidente no metrô afeta PPPs federais

A primeira parceria público-privada (PPP) estadual envolve apenas a compra de trens, equipamentos de sinalização e software, e a operação por 30 anos da linha 4 do Metrô de São Paulo. Mesmo assim, o acidente que provocou o desmoronamento da estação Pinheiros e a morte de sete pessoas no dia 12 de janeiro colocou sob suspeição não só as obras civis, sob responsabilidade do Consórcio Via Amarela, como lançou dúvidas sobre os mecanismos de fiscalização e controle da nova modalidade de contrato.

Essas questões atrasaram a votação, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da primeira autorização a uma PPP federal a ser dada pelo Senado. Mas essa matéria será resolvida nesta terça-feira, acredita o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A primeira providência da CAE para desfazer confusões sobre a PPP – cujo contrato foi negociado com o consórcio liderado pela Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), que controla seis concessionárias importantes, entre elas a ponte Rio-Niterói e



Obras na linha 4 do metrô serão investigadas por membros da Comissão de Assuntos Econômicos

a Nova Dutra – e obter esclarecimentos sobre as denúncias que praticamente paralisaram as obras da chamada Linha Amarela foi designar um grupo de senadores para visitar o local do acidente e conversar com autoridades

do governo paulista.

Segundo Flexa Ribeiro, eles vão se encontrar nesta segunda-feira, às 9h, com representantes do Ministério Público de São Paulo. Ainda pela manhã, os senadores estarão com os secretários de

Justiça, Luiz Antônio Marrey, e dos Transportes Metropolitanos, José Luiz Portella, que ocupa interinamente a presidência do Metrô, depois da demissão de Luiz Carlos David na última quarta, em função de denúncias

divulgadas pela imprensa.

À tarde, os senadores visitarão as obras da estação onde ocorreu o desmoronamento junto com representantes do Consórcio Via Amarela (formado pelas empreiteiras Odebrecht – por meio de sua subsidiária CBPO –, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e OAS) e empresas como a Alstom e a Siemens.

Depois, Garibaldi Alves (PMDB-RN), um dos sete senadores a integrar a comitiva da CAE, vai decidir se pedirá ou não o adiamento da votação do seu parecer sobre a PPP que o governo de Pernambuco negociou no fim do ano passado com o Consórcio Via Parque (formado pela Odebrecht Investimentos em Infra-Estrutura Ltda. e a Construtora Norberto Odebrecht S. A.), para a construção e a exploração de uma ponte e de uma estrada que conduzem à praia do Paiva (PE), onde a Odebrecht está realizando o seu maior empreendimento no ramo imobiliário e turístico, com investimentos privados da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Esse sistema viário deverá custar R\$ 55 milhões, com conclusão prevista para 2010.

## Lei sobre PPPs limita a intervenção do Congresso

A lei federal que disciplina as PPPs (Lei 11.079/04) não deixou espaço para uma intervenção mais efetiva do Congresso sobre essa nova modalidade de contrato que viabiliza investimentos privados em parceria com o governo, como reconheceu o presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), na última reunião da comissão.

Os integrantes da CAE analisam apenas se o projeto cumpre a exigência contida no artigo 28 da Lei das PPPs, que estabelece punições para os estados e os municípios que descumprirem o limite de 1% de sua receita corrente líquida com as despesas de caráter continuado decorrentes dessas parcerias.

Se ultrapassarem esse teto de comprometimento, essas unidades da Federação deixam de receber as transferências voluntárias do Tesouro Nacional, recursos importantes para as áreas de saúde e educação, e garantias da União em empréstimos bancários e de organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Mas, como esclarece Flexa Ribeiro, o governo federal não tem como

proibir essas contratações. Nem tampouco o Congresso. “A proibição poderia ferir o princípio federativo e o artigo da lei poderia ser considerado inconstitucional”, interpreta o senador.

Assim, o que se questiona na CAE é se, para ampliar sua participação no futuro, o Senado não teria de fazer alterações na legislação das PPPs. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que os dois empréstimos externos obtidos pelo governo paulista para a linha 4 do Metrô – US\$ 209 milhões do Banco Mundial e outros US\$ 209 milhões do JBIC japonês –, embora para as obras civis, foram autorizados pela CAE.

Por enquanto, segundo Flexa Ribeiro, a ação da CAE nas PPPs é apenas verificar a adequação dessas parcerias com a iniciativa privada ao teto para enquadramento de 1% da receita corrente líquida. Quanto a isso, nenhuma das duas PPPs, nem a do metrô paulista e nem a do sistema viário da praia do Paiva, ultrapassam o limite. “Elas devem ser aprovadas sem ressalvas”, resume Flexa Ribeiro.

## Parlamentares discutem laudo sobre novos riscos

Os senadores deverão se encontrar nesta segunda com o especialista em soldagem Nelson Damásio, que elaborou laudo técnico apontando problemas no canteiro de obras de outra estação da linha 4 do Metrô de São Paulo: a Fradique Coutinho.

Diante do resultado da perícia, concluída em 27 de janeiro, afirmando que a estrutura “implica sério risco de rompimento das soldas, podendo ocasionar acidentes de proporções imprevisíveis”, o especialista recomenda a paralisação das obras até que se iniciem os trabalhos de recuperação das soldas, que devem ser acompanhados por pessoal qualificado.

O principal executivo responsável pela obra, Benedicto Júnior, da Odebrecht, disse que a empresa contratada pelo Consórcio Via Amarela – que encomendou o laudo técnico – vai ter que se “retratar”. E emendou: “Não vou discutir a qualidade do parecer”. Os senadores irão se reunir com Benedicto Júnior e outros representantes do consórcio. Júnior afirmou que a pauta

das conversas deve esclarecer questões sobre o acidente geológico na estação Pinheiros, o financiamento e o cronograma da obra. Conforme consultores do Senado, o contrato prevê que, se houver atraso na entrega da obra, o consórcio da PPP poderá cobrar multa do governo paulista.

O modelo de contratação da linha 4, na forma turn key, pelo qual o Consórcio Via Amarela se responsabiliza por todas as etapas do projeto, entregando a obra pronta para o Metrô, vem sendo fortemente criticado pelo Sindicato dos Metroviários de São Paulo, que sustenta a falta de monitoramento das condições da obra pela estatal paulista.

Júnior rebate, argumentando que o modelo segue tendência mundial, com exigências de qualidade semelhantes ao resto das centrais do Metrô já em funcionamento. A entidade sindical também reclama da PPP, que no seu entender seria o início das privatizações das operações do Metrô de São Paulo.

## Comissão avalia situação do aeroporto de Congonhas

Uma comissão temporária externa – formada pelos três senadores de São Paulo: Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy, ambos do PT, e Romeu Tuma (PFL) – acompanhará o trabalho técnico de avaliação das condições da pista do Aeroporto de Congonhas.

– Esse aeroporto é estratégico; muitos vôos dependem de seu fluxo. É um dos aeroportos de maior movimento aéreo do planeta – lembrou Mercadante, autor do requerimento para criação da comissão.

Devido às derrapagens que ocorreram no local, a Justiça chegou a suspender as operações de aviões de grande porte no aeroporto, mas acabou aceitando, no último dia 16, recurso da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para a liberação dessas operações.

Também vêm ocorrendo várias interrupções no aeroporto, causadas pelas chuvas, que acabam atrasando os vôos.

– Há um problema de emborrachamento da pista que precisa de correção – afirmou Mercadante.

De acordo com o parlamentar, a comissão vai apurar junto à Anac e à Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) as informações sobre os problemas ocorridos no aeroporto.

## Participação privada é de 19% nas obras do Metrô

A linha 4 do Metrô de São Paulo exigirá investimento total de R\$ 3,98 bilhões. A participação privada por meio da PPP corresponde a R\$ 751 milhões, ou 19% do montante global, segundo o governo paulista. O Tesouro estadual vai arcar com a maior fatia, R\$ 3,23 bilhões ou 81% do total, principalmente com as obras civis, que estão sendo tocadas pelo Consórcio Via

Amarela de empreiteiras.

A modalidade do contrato é de concessão patrocinada, em que o parceiro público garante, além da tarifa cobrada dos usuários, uma contraprestação pecuniária ao investidor privado. Uma das justificativas para isso é que o governo paulista não abre mão de definir as tarifas nem das gratuidades ou descontos para segmentos como idosos, estudantes

e pessoas com deficiência. Além disso, possui a característica de integração com outras linhas, o que reduz o número de passageiros exclusivos.

O projeto está dividido em três fases. A primeira, com seis estações (entre elas a de Pinheiros, onde ocorreu o desmoronamento), vai entrar em operação em 2008, com uma frota de 14 trens. A segunda, com cinco estações,

deve funcionar a partir de 2012. E a terceira, ainda a ser definida com o concessionário, deverá integrar locais populosos da região metropolitana. O prazo mínimo da exploração econômica da PPP é de 30 anos. E o parceiro privado, de acordo com o documento, será fiscalizado a partir de indicadores de desempenho operacional, inclusive serviços de manutenção.

## COMISSÕES

# Proposta garante publicações em braile

As pessoas com deficiência visual poderão contar com a edição de livros em braile, que serão ofertados gratuitamente ou a preço de custo aos estudantes. É o que propõe substitutivo ao projeto de lei de autoria da ex-senadora Heloísa Helena (PLS 224/00), aprovado pela Comissão de Educação (CE) em decisão terminativa. A proposta, relatada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), altera a lei que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência (Lei 7.853/89).

O projeto obriga o poder público a oferecer, gratuitamente ou a preço de custo, livros didáticos, inclusive para o nível superior, além de garantir o acesso de

portadores de deficiência visual a obras literárias, técnicas e acadêmicas, tudo impresso em braile. Em seu relatório, Fátima Cleide justifica a importância da proposta, ao lembrar que 5% dos alunos matriculados em todos os níveis de educação pública, de acordo com o Censo Escolar (1999), eram deficientes visuais.

“Aprovar a proposta é necessário para existir, de fato, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência. Precisamos acelerar esse processo no país”, analisou. A senadora lembrou que a Constituição dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na

rede regular de ensino – obrigatoriedade também incorporada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

## Vicentinos ganham dia nacional

Outra proposta aprovada foi o projeto (PLC 108/06) que institui 27 de setembro como o Dia Nacional dos Vicentinos. A data foi escolhida em homenagem ao padre Antônio Frederico Ozanan, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Também houve o encaminhamento de duas matérias para a nova comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCD), criada a partir do desmembramento da CE: o PLS 346/05, que dispõe sobre o serviço de TV a cabo, e o PLS 121/05, que institui normas básicas sobre alimentos.

O presidente da comissão, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), anunciou que instituiu e será distribuída regularmente pela comissão uma publicação, no estilo de um clipping, que chamou de “Observatório da Educação”. – um apanhado de notícias e informações.

– Colocando todas as informações juntas, teremos um sentimento comum das notícias – afirmou.



Jonas Pinheiro, Kátia Abreu e Osmar Dias querem explicações do ministro Luís Carlos Pinto sobre questões agropecuárias

## Ministro da Agricultura deve prestar esclarecimentos

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai convidar o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luís Carlos Guedes Pinto, para discutir a política sanitária nacional no setor de produção de animais, a partir de requerimento de autoria de Osmar Dias (PDT-PR). O ministro deverá prestar esclarecimentos também sobre o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

A senadora Kátia Abreu (PFL-TO) propôs questionar o ministro sobre o lobby das empresas multinacionais produtoras de defensivos agrícolas. Ela afirmou que a prova para fiscais sanitários do ministério apresentou texto do presidente da Associação Brasileira de Química Fina (Abifina), Luiz Cesar Guedes.

– Gostaria muito que o ministro

da Agricultura desse explicações a respeito dessa prova, sobre o lobby desse cartel instituído no segundo escalão do Ministério da Agricultura contra o agronegócio brasileiro – declarou.

A comissão também aprovou relatório do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) a respeito do descumprimento da norma constitucional que determina a aplicação, na região Centro-Oeste, de pelo menos um quinto dos recursos destinados à irrigação na Lei Orçamentária Anual.

– Ficou caracterizada a situação em que somente 3% do executado em ações relativas à irrigação eram aplicados na região Centro-Oeste, o que mostra um descumprimento do limite constitucional – disse Pinheiro.

## Definição de índices de produtividade preocupa

Por solicitação do relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) adiou a votação do projeto de lei (PLS 202/05) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que propõe mudanças nos parâmetros, índices e indicadores de produtividade das propriedades rurais.

Osmar Dias disse que incluirá no seu relatório proposta de emenda da senadora Kátia Abreu (PFL-TO) para que o Congresso participe da definição desses índices de produtividade.

Esses parâmetros são definidos, de acordo com a lei, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incr) do Ministério do Desenvolvimento

Agrário.

Osmar Dias explicou que os índices de produtividade agrícola são usados para definir quais propriedades estão disponíveis para a reforma agrária. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou ter sido informado pelo Ministério da Agricultura que a Presidência da República vai editar normas para aferição da produtividade agrícola e pecuária. Segundo Osmar Dias, os novos critérios criarão muitos problemas para os proprietários e empresários rurais.

Ele pediu que o senador Delcídio Amaral (PT-MS) entre em contato com o governo para impedir que essas normas sejam aprovadas.

## Senadores querem votar vetos à Sudene e Sudam

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) vai pedir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que coloque logo em votação no Plenário do Congresso os vetos presidenciais a artigos dos projetos de lei que recriaram a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ambos aprovados no fim do ano passado.

Basicamente, os artigos vetados garantiam recursos federais definitivos para as duas superin-

tendências. Para o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor da proposta, os vetos presidenciais descaracterizaram a recriação da Sudene e da Sudam.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) concordou e disse que toda a discussão minuciosa de recriação das duas superintendências, que ocupou quase que a totalidade dos trabalhos do colegiado no ano passado, foi prejudicada pelos vetos.

Presidente da CDR, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) aprovou a sugestão dos demais senadores.

FOTOS: JANE ARAÚJO



Fátima Cleide defendeu o projeto que obriga o poder público a oferecer livros para pessoas com deficiência visual

## Comissão aprova audiência com Haddad

A Comissão de Educação (CE) também aprovou requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) convidando o ministro da Educação, Fernando Haddad, para comparecer à comissão e debater uma agenda para a educação nacional. Ainda não há data definida para a reunião.

Marisa Serrano quer que Fernando Haddad discuta com os senadores os resultados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) relativos aos exercícios 2005/2006, que registraram queda no desempenho dos alunos brasileiros. Em média, a nota dos alunos em 2006 foi 5% menor do que em 2005.

– Queremos ouvir do ministro as normas e os rumos previstos para a educação nacional. Quando sentimos que esses rumos não estão muito claros para a sociedade temos que ouvir o ministro para poder discutir com ele questões fundamentais para a melhoria do ensino, como a ampliação do tempo de permanência dos alunos nas escolas e os salários dos professores – disse Serrano.

Durante a discussão do requerimento, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) destacou que o Brasil só vai garantir seu desenvolvimento econômico quando tiver uma educação de qualidade.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que vai querer discutir

com o ministro a forma como está sendo realizada a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os senadores decidiram também pedir vista coletiva do projeto de lei de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que trata de planejamento familiar e modifica as normas para permitir esterilização cirúrgica (PLS 284/06). A proposta recebeu parecer favorável de Edison Lobão (PFL-MA).

O senador Paulo Paim (PT-RS) sugeriu que a CE promova um ciclo de debates com outras comissões para discutir a escalada de violência no Brasil.

## Jucá defende mudanças no auxílio-doença

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), manifestou sua preocupação com o crescimento exponencial das despesas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o auxílio-doença concedido a trabalhadores.

Para ele, é preciso separar o auxílio-doença real dos artifícios usados para gerar mais renda para o trabalhador.

Como relator do PLS 261/05, que disciplina a concessão de auxílio-doença e tramita na Comissão de Assuntos Sociais, Romero Jucá afirmou que é preciso mudar a legislação em vigor para conter gastos que se multiplicaram entre 2000 e 2004, passando de R\$ 2

bilhões para R\$ 9 bilhões.

Ele participou da audiência em que o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu dirigentes sindicais que registraram protestos contra dispositivos do projeto que limitam teto de concessão para auxílio-doença. As lideranças sindicais argumentaram que algumas mudanças irão penalizar o trabalhador.

Jucá prometeu estudar, com cautela, as sugestões que lhe serão apresentadas pelo setor sindical. Para ele, o fato de as despesas com auxílio-doença terem pulado de 3,2% do orçamento do INSS, em 2000, para 7,5%, em 2004, representa um indício claro da existência de fraudes e concessão

de benefícios indevidos, uma vez que esse aumento não guarda nenhuma relação com o aumento demográfico ou com as condições de saúde do povo brasileiro.

O senador afirmou que se trata de um problema multifacetado, que requer uma legislação adequada e uma fiscalização mais rígida e abrangente, além de regras de perícia que possam separar o trabalhador que necessita do auxílio-doença das tentativas artificiais de gerar mais renda, explicou.

Para o líder do governo, é preciso identificar e fechar as brechas na legislação e no modelo de concessão dos benefícios que dependem de perícia médica.



## COMISSÕES



Audiência pública discute o Programa Antártico Brasileiro: continuidade das pesquisas depende de maior integração

## CMA discute futuro das pesquisas na Antártica

Durante a audiência pública realizada no dia 13 na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luiz Antonio Barreto de Castro, defendeu a integração de todos os ministérios como medida que pode contribuir para a continuidade das pesquisas no continente antártico.

— É impossível imaginar o tratamento da Antártica isolada de outras atividades. O MCT quer fazer um esforço de aglutinação — disse Luiz Antonio.

Embora reconhecendo que, nos últimos cinco anos houve maior volume de investimentos na área de ciência e tecnologia, em sua opinião, seriam necessários R\$ 24 milhões anuais, por um período de dez anos. Luiz Antonio também criticou o contingenciamento de recursos destinados ao Programa Antártico Brasileiro (Proantar), que tem 25 anos de existência.

O diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Kageyama, destacou que a Antártica tem importância para o clima do planeta. Ele afirmou

que o ministério está desenvolvendo importantes projetos para a diminuição dos problemas ambientais.

Kageyama informou, por exemplo, que, embora o Brasil emita pouca quantidade de gás carbônico na atmosfera — que causa o aquecimento global do planeta —, 75% dos gases emitidos pelo país são oriundos do desmatamento da floresta amazônica. Para diminuir o desmatamento, o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu plano que reduziu em 52% o desmatamento na região, nos últimos quatro anos. A ministra Marina Silva, disse ele, foi premiada pelas Nações Unidas em decorrência do sucesso da ação do governo brasileiro.

Os senadores César Borges (PFL-BA), Válder Pereira (PMDB-MS) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO) elogiaram a dedicação das pessoas que trabalham no Proantar e os esforços de proteção ambiental. Já a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), além de ressaltar a dedicação dos pesquisadores, frisou que o Brasil deve dar continuidade às pesquisas desenvolvidas no Proantar.

## Especialistas defendem conquistas do programa

A importância da continuação do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) — que completa 25 anos — e de suas diversas pesquisas para melhor compreender as mudanças ambientais e climáticas de todo o mundo foi defendida por especialistas em meio ambiente.

O secretário da Comissão Interministerial para Recursos do Mar, almirante José Eduardo Borges de Souza, lembrou que o Brasil é um dos 29 países que têm direito a voz e voto nos assuntos relacionados à Antártica, devido à relevância das pesquisas realizadas no âmbito do Proantar. Ele citou vários motivos estratégicos, políticos, militares e econômicos para que o Brasil prossiga com suas pesquisas.

— Essa é uma ação de futuro e que vai garantir muitas oportunidades para defender o futuro do país — afirmou o almirante.

Segundo José Eduardo, a única queda no Proantar está no orçamento destinado ao programa,

que a cada ano recebe menos recursos. Em 1990, segundo ele, foram destinados R\$ 9 bilhões ao programa, verbas que foram diminuindo paulatinamente até chegar, em 2007, a uma previsão estimada de apenas R\$ 2,6 milhões.

José Eduardo explicou ainda que, em média, cada missão leva cerca de 120 pesquisadores para a Antártica e desenvolve por volta de 20 projetos em áreas diversas como oceanografia física, química e biológica; climatologia; meteorologia; ornitologia; arquitetura; geologia e atmosfera.

Entre os produtos gerados para o Brasil com base no Proantar, o almirante citou o monitoramento da camada de ozônio; o acompanhamento do efeito estufa e das mudanças climáticas globais; as diversas pesquisas da biodiversidade marinha; e a influência e o comportamento das correntes marinhas antárticas e do clima antártico no Brasil, entre outros.

# Mais restrições contra o trabalho escravo

O combate ao trabalho escravo no país poderá ter outro instrumento de ação, conforme projeto aprovado por unanimidade pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

De autoria da ex-senadora Ana Júlia Carepa, governadora do Pará, a proposição proíbe a concessão de empréstimo e a participação em processos de licitação a pessoas físicas ou jurídicas condenadas por haver submetido empregado a condição degradante de trabalho ou grave restrição à liberdade individual.

Já aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a proposta será agora analisada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As restrições determinadas pelo projeto (PLS 207/06) serão impostas por um período de dois anos, a partir da condenação em última instância, e, no caso de reincidência, por cinco anos. Para o relator, senador Flávio Arns (PT-PR), elas buscam impedir que o progresso do país se

faça às custas dos direitos humanos e do meio ambiente.

O projeto também prevê multa ao empregador que submeter alguém a trabalho escravo. O valor, que deverá ser corrigido anualmente, é de R\$ 3 mil por cada trabalhador submetido a condição degradante. É determinada ainda a criação, pelo Poder Executivo, de cadastro de pessoas físicas ou

jurídicas condenadas, direta ou indiretamente, por submeter empregados a condição degradante de trabalho ou grave restrição à liberdade individual.

Os bancos que liberarem empréstimos a pessoas condenadas por esse tipo de crime também deverão ser punidos, ficando sujeitos a multa de 40% do valor do crédito concedido.



Cícero Lucena, Arthur Virgílio e Paulo Paim, durante a reunião da CDH: projeto será analisado em decisão terminativa pela CCJ

## Senadores da CRE vão ao Chile para reunião

Uma delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deverá visitar o Chile em maio para debater, com colegas da comissão congênere do Senado chileno, as perspectivas do relacionamento bilateral. Convite nesse sentido foi feito pelo embaixador do Chile, Alvaro Díaz Pérez, ao presidente do colegiado, Heráclito Fortes (PFL-PI). Esta será a segunda reunião conjunta de representantes das Comissões de Relações Exteriores dos dois países. Em abril de 2006, quatro senadores do Chile estiveram em Brasília, dos quais dois ligados ao governo e dois de oposição. Na opinião do embaixador chileno, o momento é oportuno para retomar o diálogo bilateral. Um dos temas a serem debatidos, segundo Díaz, será a ampliação do Acordo de Complementação Econômica entre o Chile e o Mercosul. Além de comércio, o novo acordo deverá tratar de serviços e investimentos. A construção dos corredores bioceânicos — rodovias e ferrovias ligando o Atlântico ao Pacífico — e a cooperação científica e tecnológica também estão na pauta das comissões.

## Bolsa Família para os que cuidam de deficientes

Famílias carentes que cuidam de pessoas com deficiência ou de portadores de doenças incapacitantes poderão vir a ser incluídas entre os beneficiários do programa Bolsa Família. Projeto de lei do senador Augusto Botelho (PT-RR) com essa proposta foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto (PLS 246/04) estabelece que aqueles que cuidam de pessoas com deficiência ou de portadores de doenças incapacitantes também recebam o benefício variável do Bolsa Família. O programa prevê o benefício básico, dirigido a famílias em situação de extrema pobreza, e o variável, para os pobres e

os extremamente pobres e que tenham na família gestantes, nutrízes, crianças com até 12 anos ou adolescentes com até 15 anos. Criado pela Lei 10.836/04 para unificar os programas de transferência de renda do governo federal, o programa envolve famílias pobres (com renda mensal por pessoa de R\$ 60 a R\$ 120) e extremamente pobres (até R\$ 60).

Para Augusto Botelho, trata-se de um reconhecimento a pessoas “abnegadas” que exercem sua missão com “profundo amor”.

— Os familiares envolvem-se emocionalmente com a doença do ente querido, o que confere intensidade ainda maior aos efeitos do trabalho a que se dedicam — afirmou Botelho.

## Desconto assistencial em folha para sindicatos

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovaram projeto de lei tornando obrigatório o desconto em folha, pelas empresas, de contribuição assistencial destinada às entidades sindicais. O desconto não poderá ultrapassar o valor de 1% do salário bruto do trabalhador e o percentual de desconto precisa ter sido aprovado em assembléia. A contribuição será compulsória para todos os empregados.

O projeto (PLS 248/06) foi aprovado em decisão terminativa. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) leu parecer favorável à matéria e apresen-

tou três emendas de redação. A proposta havia sido discutida na comissão no fim de 2006, mas por falta de acordo não havia sido votada, informou o autor do projeto, senador Paulo Paim (PT-RS).

— Estamos regulamentando um direito que já existe — afirmou Paim.

O autor esclareceu que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já determina o desconto da contribuição assistencial, mas que é comum as empresas não fazerem o repasse dos recursos para as entidades sindicais.

PESQUISA Lula lança programa em busca da liderança brasileira no setor, mas ainda são muitos os problemas

# Biotecnologia enfrenta desafios para crescer

**D**ificuldades impostas pelo marco legal, exigências burocráticas, insegurança jurídica, pouco investimento público e privado, divergências nos critérios de escolha e avaliação são alguns dos problemas que empata a pesquisa no país e, na mesma proporção, os estudos e a difusão dos produtos biotecnológicos.

Para tentar reverter essa situação, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou há duas semanas a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, que visa estimular a geração de produtos e processos biotecnológicos inovadores.

A proposta, segundo o presidente Lula, é de que, em dez ou 15 anos, o Brasil se torne líder na indústria biotecnológica. Para isso são previstas ações que estimulem maior eficiência da estrutura produtiva, aumento da capacidade de inovação das empresas e absorção de tecnologias, além da geração de mais negócios e expansão das exportações.

No Senado, a Comissão de

Assuntos Econômicos aprovou o projeto de lei da Câmara (PLC 124/06), proposto pelo Executivo, que beneficia, por meio de incentivo fiscal, as empresas que investirem em pesquisa científica e tecnológica. A matéria será analisada na Comissão de Educação (leia mais na página 19).

## Proposta prioriza quatro setores

A Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, que prevê investimentos de R\$ 10 bilhões nos próximos dez anos, sendo 60% aportes públicos (Orçamento Geral da União, BNDES e fundos de investimentos) e o restante privado, prioriza quatro setores: saúde humana, agropecuário, industrial e ambiental.

Para coordenar sua implementação foi criado o Comitê Nacional de Biotecnologia, que terá representantes de oito ministérios, Casa Civil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embra-

pa), entre outras instituições.

Para o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o programa facilitará os financiamentos e a ligação de empresas com universidades.

– A biotecnologia é algo fundamental para o Brasil. Nós temos 20% da biodiversidade do planeta – disse. Ele informou que a Embrapa e o Instituto Militar de Engenharia (IME) de Roraima estão conduzindo pesquisas para gerar biodiesel a partir de uma palmeira comum em Roraima, conhecida como inajá, considerada invasora de pastagens.

A usina de produção está sendo implantada no campo experimental Serra da Prata, no município de Mucajaí.

– É a real possibilidade de uma praga virar elemento de energia – afirma Jucá.

Mas para o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), apesar da boa intenção da política de biotecnologia, “o governo é muito frágil na operacionalização”, o que dificulta reais mudanças.

## Pequenos ainda sofrem com comercialização

Rico em espécies que podem ser utilizadas na produção de biocombustível, o Nordeste há muito tempo conta com pesquisadores que desenvolvem tecnologias para a comercialização e melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Contudo, a produção em pequena e média escala e a falta de investimentos públicos e privados ainda emperram o cumprimento das metas.

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energia Renováveis (Ider), localizado no Ceará, conseguiu mudar a vida da comunidade de Serrinha de Santa Maria, em Quixeramobim, cidade no sertão central cearense, com os estudos de viabilidade técnica sobre o biodiesel e óleo in natura, realizados em parceria com estado, prefeitura e empresas.

Inicialmente sem energia elétrica, as 27 famílias da comunidade foram inseridas no processo de lavoura de mamona e pinhão-manso, e na colheita, processamento, filtragem, transesterificação e produção de eletricidade a partir da queima do óleo in natura ou do biodiesel utilizado nos geradores e passaram a ter

luz em casa. “O Ider está voltado para projetos de cunho social, mas há bastantes dificuldades para se implantar um projeto desse tipo, por não haver pessoal capacitado. Depois, também temos dificuldade para encontrar compradores do biodiesel produzido, já que não é ofertado em grande escala”, explica Ivo Albuquerque, engenheiro do Ider.

Ele afirma que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realiza leilões para a compra de milhões de litros, o que impede a participação de pequenos fornecedores. Albuquerque lembra que o biocombustível fixa o homem no campo, pode tornar uma comunidade auto-sustentável em energia e é melhor por ser menos poluente. No entanto, no modelo atual não está beneficiando o pequeno produtor.

– A lei foi feita para beneficiar as comunidades rurais, mas o biodiesel mais comercializado é o de soja, de grandes propriedades. O governo federal poderia estabelecer preço para o óleo de outras espécies, como a mamona, e poderia realizar a compra dos pequenos produtores – sugere.



Plantação de mamona em Quixeramobim: produção de biodiesel proporcionou energia elétrica

## Setor de biotecnologia

- Faturamento anual entre **R\$ 5,4 bilhões** e **R\$ 9 bilhões**

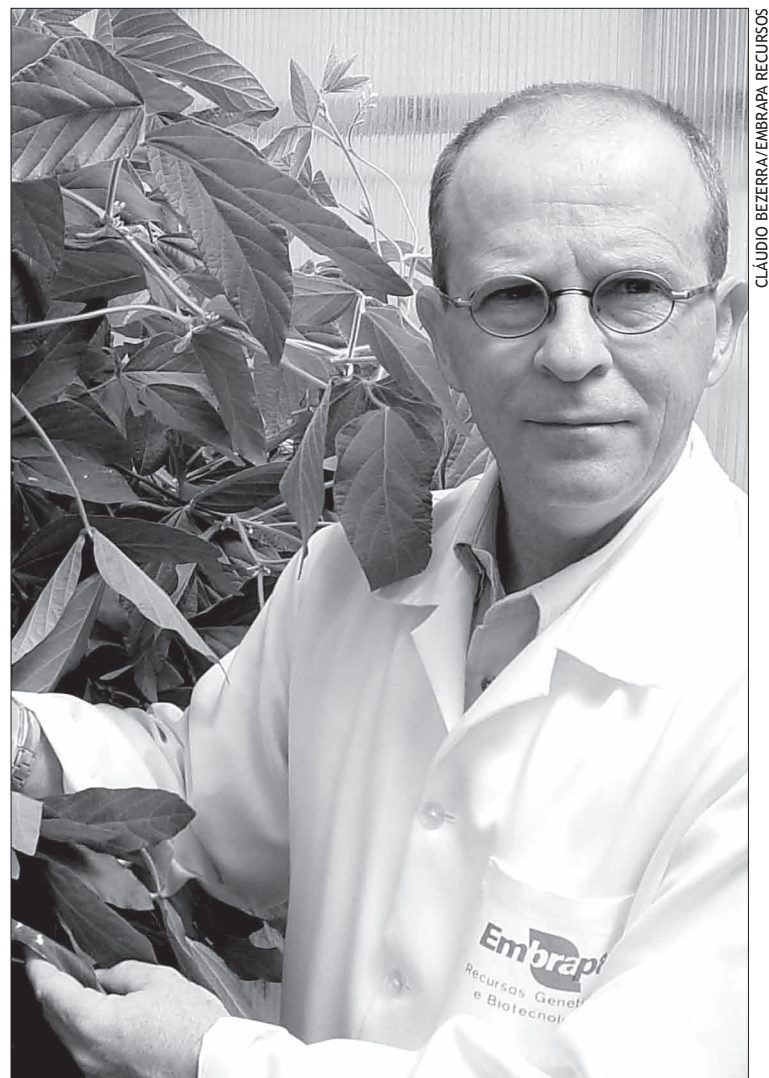
- Postos de trabalho **28 mil**, sendo **84%** em micro e pequenas empresas

- Principais centros de pesquisa **81%** estão concentrados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Neste, **57%** dos empreendimentos são de grande porte, onde predominam empresas multinacionais.

Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia (Abrabi).



Pinhão-manso: uma das riquezas da biodiversidade brasileira pesquisada



Elíbio Rech, do núcleo de biotecnologia da Embrapa, exhibe soja transgênica: pesquisadores defendem mudanças no marco legal

## Temor da biopirataria tornou legislação severa

Em dois anos de trabalho, a proposta da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia foi formulada pelo Fórum de Competitividade Biotecnológica, que reuniu especialistas de vários ministérios e instituições de pesquisa e ensino.

Chefe de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Mauro Carneiro, que coordena o grupo de trabalho de biotecnologia agropecuária no fórum, é categórico ao responsabilizar o marco regulatório pela maior parte dos problemas enfrentados pelos pesquisadores da área.

– As leis de acesso aos recursos genéticos, de biossegurança, de patentes e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) engessam a pesquisa. Para se iniciar qualquer tipo de coleta, apenas para pesquisa, é preciso fazer um contrato. Não podemos sequer proteger a nossa biodiversidade patenteando nossos genes e substâncias, diferentemente do que acontece nos outros países – enfatiza Carneiro.

Com as falhas na fiscalização e o temor da biopirataria, as medidas legais acabam inibindo o trabalho de universidades e instituições de pesquisa, assegura o pesquisador da Embrapa.

Para Carneiro, é preciso haver maior flexibilização, como na Coreia do Sul, onde, segundo ele, marcos regulatórios adequados teriam alavancado a

biotecnologia e inserido as empresas, com segurança, nas parcerias com as instituições de pesquisa.

O pesquisador reforça que a biotecnologia gera produtos de alto valor agregado, mas precisa de investimentos para ser executada, recursos que poderiam ser buscados junto à iniciativa privada, que no entanto não chegam, devido à burocracia legal e à insegurança jurídica.

– Nós desenvolvemos o produto, registramos

ou patenteamos e depois licenciamos. Mas é preciso esperar dez anos para que o patenteamento seja feito pelo Inpi, o que tira completamente

o caráter de inovação numa área tão ágil como a da biotecnologia. Isso afasta qualquer parceiro – reclama.

Os R\$ 10 bilhões destinados à política de biotecnologia ajudarão, segundo Carneiro, se forem novos aportes.

– Esse montante não pode estar inserido no atual orçamento dos ministérios. Mas se for dinheiro extra, será de grande ajuda – diz. Para custeio de pesquisas biotecnológicas, a Embrapa recebe anualmente cerca de R\$ 2,5 milhões.

Na área agropecuária, a biotecnologia tem avançado muito em áreas como produção animal e vegetal, pesquisa de variedades transgênicas, segurança alimentar e detecção de pragas e doenças.

PESQUISA Proposta da política nacional é transferir conhecimento dos centros de pesquisa para a indústria

# Bioindústria tem espaço para crescer

O Ministério da Ciência e Tecnologia já identificou mais de 1.700 grupos de pesquisas que desenvolvem alguma atividade vinculada à biotecnologia com interação ou potencial para interagir com empresas. Com isso, é crescente a expansão das bioindústrias, em fase de consolidação, que utilizam ferramentas biotecnológicas para obter mais competitividade.

– A partir da consolidação desse ambiente, por meio da política nacional, esperamos que mude o patamar da bioindústria. A proposta é que esse segmento permita que a pesquisa chegue até o mercado, que haja transferência do conhecimento das universidades para a produção industrial – explica Adriana Draséria, coordenadora da área de biotecnologia da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

A agência será responsável pela secretaria executiva do Comitê Nacional de Biotecnologia, acompanhando a implantação dos programas e ações de execução da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.

Um dos organizadores do livro Biotecnologia e recursos genéticos: desafios e oportunidades, José Maria da Silveira, professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), afirma que o plano lançado continua muito abrangente, sendo necessário estabelecer procedimentos de filtragem das ações.

Para ele, é preciso que o corpo técnico – científico e intelectual – de instituições de inteligência na área de pesquisa possa selecionar projetos, apontar direções e ações estratégicas que ajudarão a atrair mecanismos de financiamento mais seguros.



Em Manaus, a estagiária da Fiocruz Iana Çara realiza ensaios para isolar bactérias por meio do calor

– Sem avaliação e prospecção simultânea, colada ao financiamento, não se chega a lugar algum. Só se vai para frente fazendo grandes parcerias – avalia Silveira. Para o professor, os congressistas precisam confiar nas agências regulatórias e de inovação, nos institutos de pesquisa, em órgãos como a Embrapa, consultando seus trabalhos de avaliação antes de tomar decisões legislativas, assim como o Executivo.

– Não dá mais para ser amador – disse o especialista.

## Na saúde, biotecnologia reduz custos de produção

Com rapidez, a biotecnologia tem ocupado grande espaço na melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, dos animais e do meio ambiente. Na área de saúde humana, sua utilização atingiu um estado irreversível de descobertas que reduzem os custos de produção e ampliam o leque de pessoas beneficiadas.

Um exemplo disso é o recente patenteamento de um biocida, desenvolvido na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Manaus, que adicionado a reservatórios de água é capaz de matar todas as larvas do inseto transmissor da dengue, sem prejudicar qualquer outra espécie de vida.

Desenvolvido pelos biólogos Marise Maleck e Anthony Érico Guimarães, o biocida é feito a partir de uma planta nativa brasileira e não possui qualquer toxicidade, diferentemente de outros produtos utilizados com o mesmo propósito, como larvicidas químicos que podem alterar o equilíbrio ecológico. A dengue é uma das doenças que mais fazem vítimas durante os verões brasileiros.

Para o biólogo e pesquisador da Fiocruz Paulo Nogueira, os recursos não são tão escassos, mas ainda há falta de recursos

humanos capacitados, especialmente na região Norte.

– A grande massa precisa de um apoio mais direto e aqui na região não é tão fácil ter acesso ao aprendizado necessário – disse o pesquisador, que trabalha no desenvolvimento de insumos e diagnósticos para identificar as principais doenças da região de maneira precoce.

Pelo menos 81% dos principais centros de pesquisa estão concentrados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A Fiocruz, que desenvolve pesquisas na área de saúde pública, voltada para o Sistema Único de Saúde (SUS), atua nas frentes de prevenção e tratamento. Na área biotecnológica, está sendo dada especial atenção ao desenvolvimento e produção de vacinas e kits diagnósticos.

No biênio 2004/2005, o Ministério da Saúde aplicou cerca de R\$ 130 milhões no financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento em saúde nas principais instituições brasileiras. O Projeto Inovacina, do ministério, tem como meta a auto-suficiência na produção de imunobiológicos incluídos no calendário anual de vacinação.

## Comissão analisa incentivo fiscal para pesquisa

A Comissão de Educação (CE) será a próxima a analisar o projeto de lei da Câmara (PLC 124/06) que cria novo incentivo fiscal para empresas que invistam em pesquisas científicas e tecnológicas e de inovação executadas por instituições com esse fim.

De autoria do Executivo, a proposta tramita em regime de urgência. As pessoas jurídicas poderão excluir do lucro líquido – para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetivados em projetos de pesquisa por instituição científica e tecnológica (ICT).

Para o senador Francisco Dor-

nelles (PP-RJ), que relatou a matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), “ao desonerar os dispêndios que pessoas jurídicas efetuam, todos ganham”.

– A empresa obtém não só o favor tributário, mas também parte dos ganhos econômicos decorrentes dos projetos de inovação. O Estado volta a ter o papel ativo em pesquisa e desenvolvimento, pois os projetos serão aprovados e executados por órgãos ou entidades públicas. Por fim, a sociedade é beneficiada com o aumento da competitividade da economia – assegura o senador.

O projeto, que altera a Lei 11.196/05, institui salvaguardas para evitar fraudes: estabelece que os gastos feitos pelas pessoas jurídicas deverão passar por



Para Francisco Dornelles, Estado, empresas e sociedade ganham com o projeto

conta corrente bancária mantida em instituição financeira oficial federal e aberta em nome da ICT beneficiada, devendo ser movimentada somente para esse fim.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pretende apresentar emenda ao projeto propondo que as empresas de tecnologia da informação tenham igual acesso aos benefícios concedidos à inovação tecnológica.

## Política de Desenvolvimento de Biotecnologia

Exemplos de alvos estratégicos, áreas prioritizadas e áreas de fronteira da biotecnologia propostos

Áreas	Saúde humana	Industrial	Ambiental	Agricultura
<b>Alvos estratégicos</b> (grande potencial de mercado em curto e médio prazos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• biomoléculas e fármacos</li> <li>• antibióticos, antifúngicos e antitumorais</li> <li>• insumos e medicamentos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• produção de etanol e biodiesel</li> <li>• produção de etanol a partir de celulose</li> <li>• produção de biohidrogênio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• tratamento de efluentes industriais, agropecuários e domésticos</li> <li>• bioativos da biodiversidade brasileira</li> <li>• processos fermentativos de compostos C<sup>1</sup> (a partir de CO<sup>2</sup>, metano residuais, etc).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• plantas resistentes a fatores bióticos (relativo aos seres vivos) e abióticos</li> <li>• produção de biomoléculas a partir de plantas e animais</li> <li>• vacinas</li> <li>• bioindústria de transformação para aproveitamento de subprodutos animais e vegetais</li> </ul>
<b>Áreas prioritizadas</b> (atendem a demandas do setor produtivo ou da sociedade)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• vacinas e hemoderivados</li> <li>• equipamentos médicos (biomateriais)</li> <li>• kits diagnóstico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• biopolímeros (plásticos biodegradáveis)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• tratamento de contaminação ambiental</li> <li>• técnicas de recuperação ambiental</li> <li>• conservação de espécies</li> <li>• bioativos da biodiversidade brasileira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• detecção de pragas e doenças</li> <li>• coexistência de variedades transgênicas e convencionais</li> <li>• vacinas, fármacos, kits de diagnóstico e probióticos</li> <li>• rastreamento de animais</li> <li>• introdução de genes em plantas e animais</li> <li>• reprodução animal e vegetal</li> </ul>
<b>Áreas de fronteira</b> (segunda geração do setor, com produtos de alto valor agregado)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• genômica e pós-genômica</li> <li>• nanobiotecnologia</li> <li>• células-tronco e neurociência</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• nanobiotecnologia</li> <li>• conversão de biomassa (celulose e lignocelulose para produção de bioenergia)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• conservação da biodiversidade</li> <li>• tratamento de resíduos e efluentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• genômica</li> <li>• pós-genômica</li> <li>• nanobiotecnologia</li> <li>• clonagem</li> </ul>



## Voz do Leitor

## VEREADORES

“Sou contra a resolução do Tribunal Superior Eleitoral a respeito do número de vereadores para os municípios. Há uma quantidade muito alta de vereadores nos municípios pequenos.”

**Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)**

## IMPOSTOS

“Acho que os impostos cobrados pelo governo têm valores muito elevados, o que impede que o país progrida e que a moeda brasileira circule de forma eficaz. O dinheiro público está sendo investido de maneira inadequada. Por exemplo, os tributos nas regiões Norte e Nordeste do país deveriam ser separados da região Sul, para melhor se trabalhar em cima das necessidades de cada localidade.”

**Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)**

## CONCURSO PÚBLICO

“Sugiro que o Congresso regulamentamente o mais breve possível a questão dos concursos públicos. Está acontecendo muito o fato de que pessoas são aprovadas e bem classificadas no certame, mas não são convocadas, pois a nomeação não é obrigatória nem mesmo dentro do número de vagas oferecidas no edital. Isso é uma injustiça.”

**Fabio Queiroz de Azevedo, de Codó (MA)**

## ELOGIO

“Em seu pronunciamento de despedida, o ex-senador Sérgio Cabral falou da honra de ter pertencido ao Senado e considerou sua passagem pela Casa um verdadeiro doutorado. Gostaria de cumprimentá-lo por sua brilhante atuação parlamentar e, ao mesmo tempo, registrar um importante projeto apresentado por ele: a PEC 39/04, que altera o parágrafo 1º do artigo 14 da Constituição Federal, para estabelecer o voto facultativo. Sugiro

a imediata votação dessa PEC.”

**Claudir Portella, de União da Vitória (PR)**

## CHUVAS

“Gostaria de saber se as recentes tragédias que ocorreram no país – como o acidente com uma barragem de mineração em Mirai (MG), que atingiu também as cidades vizinhas, e o desabamento das instalações das obras de expansão do metrô na marginal Pinheiros, em São Paulo – foram ocasionadas devido à chuva, ou se foi por incompetência por parte das autoridades. O Japão é o país que mais tem terremotos, mas suas construções são feitas para suportar tal fenômeno. Já o governo federal e os engenheiros brasileiros desprezam o fenômeno das chuvas fortes no país, fazendo vítimas, muitas delas fatais, em diversas localidades.”

**Nei Souza Costa Filho, de Curitiba (PR)**

## BELÉM

“Gostaria de parabenizar a cidade de Belém, capital do Pará, que completou 391 anos no dia 12 de janeiro de 2007. Belém é a terra do açaí, de gente honesta e trabalhadora.”

**Edivan Cardoso Machado, de Viseu (PA)**

## ASSISTENCIALISMO

“Gostaria de saber o que o Senado Federal tem feito para acabar com o assistencialismo político que prejudica o desenvolvimento do país.”

**Cândido de Matos Gomes, de Reserva (PR)**

## SALÁRIO DOS PROFESSORES

“Senhores senadores, venho expressar minha indignação ao comparar meu salário de professora da educação básica com o salário dos senhores. Todo profissional passa pelas mãos do professor!”

**Tânia Cristina Amorim Arruda, de Inhapim (MG)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## TERRAS NA AMAZÔNIA

**Antônio Cleiton Sousa, de Pentecoste (CE)**

“Qual a opinião do senhor sobre a lei de gestão de florestas públicas, que prevê a concessão de até 3% da Amazônia à iniciativa privada para projetos de manejo sustentável?”

**O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) responde:**

Eu entendo que a concessão de florestas nacionais é um instrumento muito importante para o desenvolvimento da Amazônia, porque há muito tempo os produtores reivindicavam a exploração de áreas na região. Contudo, o setor rural tem grande preocupação com a forma com que essas concessões serão efetivadas – por meio de leilões, o que é extremamente perigoso, nesse caso. Nosso maior temor é que poderosos grupos estrangeiros ofereçam recursos extraordinários nesses leilões, prejudicando os produtores brasileiros, que ficariam impedidos de ganhar as concessões em áreas de florestas nacionais onde serão implantados projetos de desenvolvimento sustentável. Os leilões deixam um flanco aberto para a chegada do capital estrangeiro nessa região, que sempre exigiu atenção especial dos brasileiros, já que, por sua riqueza, a Amazônia sempre foi objeto de cobiça por parte de estrangeiros.



## Agora é lei

## Proteção à Mata Atlântica

A Lei da Mata Atlântica (11.428) foi sancionada em dezembro de 2006 pelo presidente Lula, pondo fim a uma negociação de 14 anos no Congresso. A proposta inicial foi apresentada pelo deputado Fábio Feldmann em 1992. A lei consolida os limites da Mata Atlântica, atribui função social à floresta e permite a exploração racional do bioma, desde que as rígidas regras para a preservação sejam respeitadas.

Hoje estão preservados apenas 6% da cobertura original desse bioma. Com a nova lei, os proprietários de terras com passivos ambientais poderão adquirir e doar ao governo áreas de unidades de conservação equivalentes ao que deveria ser a reserva legal de suas propriedades. Incentivos fiscais e econômicos estão previstos para os proprietários que têm área com vegetação nativa primária (mata virgem) ou secundária, em estágio avançado e médio de regeneração. A lei ainda destina para agricultura, ou para loteamentos, as áreas onde a vegetação teve menos de dez anos para se recuperar. Mesmo assim, essa ocupação deve levar em conta a legislação em vigor, como a exigência da proteção de nascentes e a reserva legal.

A nova lei cria também o Fundo de Restauração do Bioma Mata Atlântica, para financiar projetos de restauração ambiental e pesquisa científica. Quem destruir ou danificar a vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração, pode ser punido com detenção de um a três anos e multa.

## Frases

“O Brasil vive uma calamidade na sua segurança pública. Não dá para fazer apenas uma das coisas e deixar o restante para depois”

Renan Calheiros, anunciando que o Senado vai manter em sua pauta projetos na área de segurança pública, sem deixar o assunto “esfriar” após a comoção provocada pela morte do menino João Hélio Fernandes, de seis anos.

“Temos que encontrar meios e estratégias para mostrar à população que políticas de prevenção ainda são muito mais eficazes e baratas que medidas repressivas”

Patrícia Saboya, discordando da proposta de antecipação da maioria penal, fixada atualmente em 18 anos.

“É uma campanha de fachada, que tem por objetivo principal angariar recursos para aumentar o número de católicos na região amazônica”

Mozarildo Cavalcanti, criticando a Campanha da Fraternidade de 2007, que tem como tema a preservação da floresta amazônica.

“Ser comunista é direito de qualquer cidadão, mas é inadmissível que a Petrobras gaste o dinheiro que deveria ser o dividendo de seus acionistas para ajudar a propagar uma idéia que não é pacífica”

Arthur Virgílio, sobre a notícia de que a Petrobras estaria patrocinando a produção de cartazes de propaganda político-partidária com a foto de uma guerrilheira cubana.

“Lula que indique o presidente do PT, porque quem vai indicar o presidente do PMDB somos nós”

Mão Santa, ao criticar a possível interferência de Lula na escolha do presidente do PMDB, que ocorrerá durante a convenção em 11 de março.

“Como tenho dito desde o início desse lamentável episódio, que tanto me prejudicou, nunca houve qualquer participação minha na tentativa de compra de dossiê”

Aloizio Mercadante, que comemorou a decisão do procurador-geral da República de inocentá-lo do processo que investigou a compra do dossiê contra políticos tucanos.

## Foto da Semana

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) realizou audiência para debater a violência urbana. O colegiado recebeu a visita do cacique Korubo, cuja tribo situa-se no Vale do Javari, no Amazonas, próximo à divisa com o Acre. Ele pleiteou a oportunidade de debater a situação dos índios que vivem em áreas urbanas



JOSE CRUZ





# Saiba como prevenir e aliviar reações alérgicas

**D**e acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a alergia é a sexta doença mais freqüente no mundo. Cerca de 2% da população mundial adulta é alérgica a algum tipo de alimento. Nas crianças esse percentual chega a 8%.

A alergia não tem cura, já que é uma condição da pessoa. Para ter

qualidade de vida, é importante que o alérgico saiba o que lhe faz mal e como acontece a reação alérgica, aprendendo a evitá-la ou diminuir seus efeitos.

Veja neste Especial Cidadania a segunda e última parte da série sobre alergia: conheça os tipos de reação alérgica e o que você pode fazer para preveni-la



A nutricionista Lúcia Silva mostra os alimentos que causam intolerância alimentar/alergia alimentar

## RESPIRATÓRIAS

Além de umidificar e aquecer o ar que vai para os pulmões, o nariz funciona como um filtro, já que o sistema imunológico está presente no seu revestimento interno. Um “engano” desse sistema faz com que algumas substâncias inofensivas, como pó, mofo, pólen, pêlos de animais (alérgenos), passem a ser consideradas uma ameaça, provocando uma reação alérgica.

O contato com o alérgeno provoca uma reação aguda, seguida, depois de terminado o contato, de uma reação tardia, que só termina quando o sistema imunológico “entende” que o ataque cessou. Eis os principais sintomas:

- ▶ espirro, coriza e lacrimejamento;
- ▶ coceira no nariz, no céu da boca, no ouvido e nos olhos;
- ▶ congestão nasal (nariz entupido);
- ▶ garganta vermelha e inchada;
- ▶ chiado no peito e dificuldade para respirar;
- ▶ tosse; e dor de cabeça.

Como algumas partículas aéreas são muito pequenas, elas podem escapar da filtração do nariz e atingir pulmões e outros órgãos, causando:

Asma brônquica ou bronquite asmática – Ocorre quando os brônquios (estruturas do pulmão responsáveis pela respiração) são atingidos na sua parte mais baixa e deixam de funcionar adequadamente. Conforme

o tamanho da área atingida, há crises de diversas proporções, mais comuns na infância e na adolescência (10% das crianças em idade escolar têm crises). É também comum no início da idade adulta. Em 30% dos casos a asma desaparece na adolescência, permanecendo outros tipos de reação alérgica, como a rinite, por exemplo.

Faringite – Especialmente se as amígdalas, que são um segundo filtro, foram retiradas, a reação alérgica passa a ocorrer na faringe, que fica inflamada.

Hipertrofia das adenóides – As adenóides são amígdalas superiores e aumentam de tamanho com a crise alérgica, diminuindo o espaço para o ar passar. Em casos mais graves elas têm que ser removidas.

Otite – Inchaço e excesso de secreções causam dor e pressão no ouvido.

Rinite alérgica – Nariz entupido, escorrendo e coçando, coceira no olho, e conjuntivite são sintomas da rinite. Cerca de 15% dos adolescentes alérgicos têm rinite, assim como 30% dos asmáticos.

Sinusite alérgica – É uma infecção que ocorre na mucosa que reveste os ossos do rosto por dentro. Causa dores intensas, no rosto e na cabeça.

Tosse asmática – Quando a reação alérgica atinge a traquéia e a parte mais alta dos brônquios, a pessoa desenvolve uma tosse seca e persistente.

## DERMATOLÓGICAS

Dermatite atópica – Erupções acompanhadas de muita coceira que aparecem nas dobras da pele e articulações – cotovelos, joelhos, etc. – e podem se estender para outras regiões do corpo. Não é necessário o contato da pele com o alérgeno: pode ser desenvolvida por inalação, ingestão ou simples presença do alérgeno no ambiente (fungos, ácaros, animais, pólen). A pessoa com dermatite atópica tem grande sensibilidade alérgica.

Dermatite de contato – É uma reação a determinada substância que produz coceira e bolhas, que podem estourar, gerando

crostas e descamações. Aparece mais nas mãos, braços e rosto. Se a pele não for tratada, pode escurecer e ficar grossa e rachada. Causada principalmente por produtos à base de níquel (relógios, bijuterias), além de sabonetes, detergentes, solventes, cosméticos e cremes.

Eczema – Alteração da pele que provoca “engrossamento”, vermelhidão, coceira e descamação. Geralmente é causada por contato com metais (bijuterias), cosméticos, produtos de limpeza, roupas sintéticas, produtos químicos encontrados em alimentos, etc.

Estrófulo – Reação alérgica a picadas de insetos, especialmente abelhas e formigas, caracterizada por bolinhas vermelhas, muita coceira e até bolhas. Pode produzir o choque anafilático (ver Alergias alimentares).

Urticária – Produz vergões ou manchas vermelhas, elevadas e irregulares, que mudam de tamanho e forma rapidamente. Pode haver coceira intensa, ardência ou ferroadas e ainda prejuízo à respiração, por causa do inchaço. Causada por alimentos (em especial os industrializados), medicamentos e produtos químicos.

## O que fazer?

Constatados os sintomas de alergia:

1. Procure o médico

▶ Não existe remédio para prevenir alergia. Eles apenas melhoram os sintomas e devem ser receitados pelo médico.

▶ Na hora de conversar com o médico, conte tudo que usa e come e não apenas o que usou ou comeu pela primeira vez – é comum uma substância ou alimento usado frequentemente passar a causar alergia.

▶ Se estiver sentindo a garganta se fechando, procure imediatamente a emergência do hospital mais próximo.

2. Evite os alérgenos

▶ Evite criar animais domésticos ou mantenha-os no quintal.

▶ Troque carpetes por piso de madeira ou cerâmica.

▶ Evite o uso de tapetes. Se necessário, use os pequenos de algodão, que possam ser lavados freqüentemente.

▶ Nada de travesseiros de plumas ou penas de animais. Use os antialérgicos de espuma.

▶ Prefira colchões com produtos antiácaros e lave-os (há empresas especializadas) periodicamente ou troque-os.

▶ Limpe a casa com pano úmido. O ideal é lavar com água e sabão o que for possível e não deixar poeira acumulada.

▶ Localize as áreas mofadas (paredes, armários), elimine a causa da penetração da umidade e retire o mofo, limpando e

pintando.

▶ Se possível, mude-se para uma região de clima mais seco e com menos poluição.

▶ Cigarro é totalmente contra-indicado. Não fume ou fique perto de quem fuma.

▶ Descobriu a causa da alergia? Preste mais atenção ao ambiente e à comida e procure excluir o alérgeno. Se você come fora de casa, verifique se o alimento ao qual você tem alergia não foi usado na receita do prato que você deseja. Também é importante ler os rótulos dos produtos para saber sua composição.

▶ Não insista em comer algo que provoque reação alérgica: a reação pode aumentar até o choque anafilático.

## Alimentos também podem causar alergias

Os alimentos também podem ser considerados “inimigos” pelo sistema imunológico. É uma alergia difícil de identificar porque pode ser confundida com problemas gastrointestinais. As reações começam, de imediato ou até duas horas após a ingestão, com sensação de queimação ou coceira na boca, evoluindo depois para tosse, falta de ar, dificuldade para engolir, dores de cabeça, dores de barriga, diarreia, dor estomacal, náusea e vômito, que persistem até que o alérgeno tenha passado por todo o sistema digestivo. Se o alérgeno for absorvido e cair na corrente sanguínea, ele pode causar

alergia na pele ou, em casos extremos, o choque anafilático (inchaço e bloqueio das vias respiratórias e parada cardíaca), que pode levar à morte.

Embora qualquer alimento com proteína possa causar reação alérgica, os campeões da alergia são bastante comuns: leite, ovos, aveia, amendoim, castanhas, soja, frutos do mar, morango, tomates, mel, temperos, conservantes e corantes alimentares. Em adolescentes e adultos, o amendoim, os frutos do mar e as castanhas respondem por 85% das reações alérgicas. Outra condição bastante comum é a das pessoas que não produzem a

lactase, enzima responsável pela digestão da lactose (o açúcar do leite) e, por isso, não toleram alimentos à base de leite.

Crianças

A criança é mais propensa a ter alergia de alimentos porque o seu sistema imunológico não está todo formado. É por isso que o recém-nascido deve mamar leite do peito nos primeiros meses, evitando o contato com outros alimentos. Em crianças, a alergia alimentar pode causar eczema e prejudicar o crescimento.

Segundo dados da Sociedade Brasileira de Alergia, leite, ovo, amendoim, soja e trigo respondem por cerca de 90% das

reações alérgicas e estima-se que 2,5% das crianças recém-nascidas não toleram o leite de vaca no primeiro ano de vida.

Automedicação

Prática comum no Brasil, a automedicação é a terceira causa de internação por alergia ou intoxicação por medicamentos. Os principais vilões são os antiinflamatórios, analgésicos e antibióticos, muitos vendidos livremente, sem exigência de receita médica. Os principais sintomas são: inchaço nos olhos e na boca, manchas vermelhas, coceiras intensas e bolhas. O tempo de reação varia de minutos a semanas após a ingestão do medicamento.